

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

**TIMÓTEO ANGELO NASCIMENTO**

**AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA E OS DESAFIOS DA  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALIANÇA – PERNAMBUCO**

**Santa Maria, RS**

**2022**

**TIMÓTEO ANGELO NASCIMENTO**

**AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA E OS DESAFIOS DA  
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALIANÇA – PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para obtenção de título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Renato Santos de Souza

**Santa Maria, RS**

**2022**

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Nascimento, Timóteo  
AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA E OS  
DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM  
ALIANÇA - PERNAMBUCO / Timóteo Nascimento.- 2022.  
74 f.; 30 cm

Orientador: Renato de Souza  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2022

1. Assistência Técnica 2. Agricultura Familiar 3.  
Agroecologia 4. Extensão Rural I. de Souza, Renato II.  
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFEM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TIMÓTEO NASCIMENTO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Timóteo Angelo Nascimento**

**AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA E OS DESAFIOS  
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALIANÇA –  
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovada em 30 de junho de 2022.

---

**Renato Santos de Souza, Doutor (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Cristiane Moraes Marinho, Doutora (IFSertãoPE)**

---

**Gisele Martins Guimaraes, Doutora (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2022

## **DEDICATÓRIA**

À minha Esposa Daniella, a meu pai, José Carlos, à minha mãe, Erilza, e aos meus irmãos, João Henrique, Jezrael e Eliza, que sempre estiveram junto a mim.

Dedico a vocês este trabalho, como forma de reconhecimento e carinho por todo suporte e paciência durante esse período.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade ímpar de concluir essa etapa de minha vida. Jamais esquecerei tudo que pude viver enquanto estudante da UFSM.

A minha família toda minha gratidão. Minha querida Daniella, meus pais e irmãos: eu amo vocês.

Ao professor Renato Santos, meu orientador, gratidão pela confiança, e por todo o suporte dado durante a caminhada da construção desta dissertação.

À banca examinadora pela disponibilidade em participar da construção deste estudo e pelas valiosas contribuições. Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria, meu agradecimento.

À UFSM gratidão pela oportunidade do conhecimento e a educação oferecidos, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), que apoiou e financiou a realização do presente trabalho – Código de Financiamento 001.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste mestrado.

## RESUMO

### **AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE AGROECOLÓGICA E OS DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALIANÇA – PERNAMBUCO**

**AUTOR: Timóteo Angelo Nascimento**

**ORIENTADOR: Renato Santos de Souza**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 realizou o Censo Agropecuário, e os resultados obtidos, relacionados à Agricultura Familiar demonstram que a mesma corresponde por cerca de 38% (ou R\$ 54,4 Bilhões) do montante produzido pela Agropecuária no Brasil. A produção vegetal gerou 72% do valor da produção da Agricultura Familiar, sobretudo com lavouras temporárias, 42% do valor da produção, e permanentes com 19% do total produzido. Porém, através dos dados mais recentes do IBGE, do censo agropecuário de 2017, é possível constatar que a Agricultura Familiar encolheu no país. Houve uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de Agricultura Familiar, e além disso, foi o único segmento a perder mão obra, aproximadamente 2,2 milhões de pessoas. Compreender esses números requer uma busca histórica da questão agrária no Brasil. As últimas décadas, mais do que nunca, tem sido marcada pelo forte impacto do crescimento e intensificação do ciclo de commodities agroindustriais nos mercados internacionais, e com isso uma visão estereotipada tem sido atribuída às iniciativas que não se enquadram no âmbito do agronegócio e da modernização agrícola. E como, então, atenuar essas diferenças de forma a alcançar o produtor(a) rural com o que há de mais tecnológico e/ou que possa garantir a ele e a ela uma melhor qualidade de vida? A relevância deste trabalho consiste na possibilidade de somar a compreensão e aprofundamento teórico em volta das visões relacionadas à Agricultura Familiar, e a utilização de uma estratégia de viés Agroecológica na produção, comercialização e geração de renda, adicionando contribuições para as políticas de Extensão Rural voltadas aos agricultores familiares de Aliança, município da zona da mata de Pernambuco que passam pelo processo de transição Agroecológica. Conclui-se que mesmo ante a dificuldades e desafios impostos no processo sobressaem-se os aspectos positivos e potencialidades do processo de transição, podendo ser citado o aumento na renda, preservação ambiental, participação em eventos etc.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; Agricultura Familiar; Transição Agroecológica.

## **ABSTRACT**

### **AGRICULTURAL-BASED FAMILY AGRICULTURE AND THE CHALLENGES OF TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN ALIANÇA – PERNAMBUCO**

**AUTHOR: Timóteo Angelo Nascimento**

**ADVISOR: Renato Santos de Souza**

The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in 2006 carried out the Agricultural Census, and the results obtained, related to Family Agriculture, show that it corresponds to about 38% (or R\$ 54.4 billion) of the amount produced by the Agriculture in Brazil. Vegetable production generated 72% of the value of Family Agriculture production, especially with temporary crops, 42% of the value of production, and permanent crops with 19% of the total produced. However, through the most recent data from the IBGE, from the 2017 agricultural census, it is possible to see that Family Agriculture has shrunk in the country. There was a 9.5% reduction in the number of establishments classified as Family Farming, and in addition, it was the only segment to lose labor, approximately 2.2 million people. Understanding these numbers requires a historical search of the agrarian question in Brazil. The last decades, more than ever, have been marked by the strong impact of the growth and intensification of the agro-industrial commodities cycle on international markets, and with that a stereotyped vision has been attributed to initiatives that do not fit within the scope of agribusiness and modernization. agricultural. And how, then, to mitigate these differences in order to reach the rural producer with the most technological and/or that can guarantee him and her a better quality of life? The relevance of this work consists in the possibility of adding the understanding and theoretical deepening around the visions related to Family Agriculture, and the use of an Agroecological bias strategy in the production, commercialization and income generation, adding contributions to the Rural Extension policies aimed at to family farmers in Aliança, a municipality in the Zona da Mata of Pernambuco, who are going through the process of Agroecological transition. It is concluded that even in the face of difficulties and challenges imposed in the process, the positive aspects and potential of the transition process stand out, including the increase in income, environmental preservation, participation in events and so on.

**Keywords:** Rural Extension; Family Farming; Agroecological Transition.



## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA. ALIANÇA-PE. 2022. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS.....	49
TABELA 2 .....	53
TABELA 3: ASPECTOS GERAIS .....	61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 PANORAMA INICIAL.....	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.3 METODOLOGIA.....	13
1.4 COLETA DE DADOS.....	16
<b>2 CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>18</b>
2.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS.....	18
2.2 ATER EM PERNAMBUCO – UMA SÍNTESE .....	26
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO UNIVERSO AGRÁRIO BRASILEIRO – CONCEITO E ESTRUTURA ..	27
2.4 INTERVENÇÕES NO MEIO RURAL.....	31
2.5 PNATER E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL .....	31
<b>3 AGROECOLOGIA – ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>34</b>
3.1 A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA .....	34
3.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES.....	35
3.3 UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL NO FAZER AGRICULTURA .....	36
3.4 AGROECOLOGIA: SURGIMENTO E CONCEITOS.....	37
3.5 TRANSIÇÃO AGROECOLOGIA.....	40
3.6 O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO .....	42
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE ALIANÇA.....</b>	<b>45</b>
4.1 ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO .....	45
4.2 CONDIÇÃO GEOGRÁFICA.....	45
4.3 CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA .....	46
4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	46
4.5 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE ALIANÇA-PE.....	46
<b>5 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>49</b>
5.1 ASPECTOS GERAIS – AGRICULTORES(AS) EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA .....	49
5.2 SOBRE AS PROPRIEDADES.....	50
5.3 SOBRE A ATER .....	51
5.4 SOBRE CRÉDITO E INCENTIVOS .....	56
5.5 PRODUÇÃO, TRANSIÇÃO, OBSTÁCULOS E MOTIVAÇÃO.....	56

5.6 CONCEPÇÕES SOBRE COMERCIALIZAÇÃO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO, CONCENTRAÇÃO DE TERRA E ÊXODO RURAL .....	59
<b>6 PROFISSIONAIS DE ATER OFICIAL E NÃO OFICIAL .....</b>	<b>61</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>77</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PANORAMA INICIAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 realizou o Censo Agropecuário, e os resultados obtidos, relacionados à Agricultura Familiar demonstram que a mesma corresponde por cerca de 38% (ou R\$ 54,4 Bilhões) do montante produzido pela Agropecuária no Brasil. A produção vegetal gerou 72% do valor da produção da Agricultura Familiar, sobretudo com lavouras temporárias, 42% do valor da produção, e permanentes com 19% do total produzido.

Além do mais, é possível visualizar através do Censo a importância da agricultura familiar na ocupação da mão de obra, são cerca de 12,3 milhões de pessoas trabalhando neste segmento, correspondendo a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos rurais nesta época.

Porém, através dos dados mais recentes do IBGE, do censo agropecuário de 2017, é possível constatar que a Agricultura Familiar encolheu no país. Houve uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de Agricultura Familiar, e além disso, foi o único segmento a perder mão obra, aproximadamente 2,2 milhões de pessoas.

Compreender esses números requer uma busca histórica da questão agrária no Brasil. As últimas décadas, mais do que nunca, tem sido marcadas pelo forte impacto do crescimento e intensificação do ciclo de commodities agroindustriais nos mercados internacionais, e com isso uma visão estereotipada tem sido atribuída às iniciativas que não se enquadram no âmbito do agronegócio e da modernização agrícola, logo, a agricultura familiar é vista como atrasada ou até mesmo parada no tempo (MATTEI, 2014). Dentro dessa ótica, o desenvolvimento rural perpassa por um único caminho, o de que todos precisam se modernizar dentro da lógica imposta pelo “*agro*”, para não ser taxado como ultrapassado.

A realidade é que, politicamente, o Brasil nunca deu prioridade à agricultura familiar. E podemos tratar isso como um traço cultural. Assim como os demais países da América latina, o Brasil teve sua colonização baseada na forte concentração de terra, com grandes propriedades voltadas ao mercado externo (NAKATANI, 2012).

E como, então, atenuar essas diferenças de forma a alcançar o produtor(a) rural com o que há de mais tecnológico e/ou que possa garantir a ele e a ela uma melhor qualidade de vida?

A ideia de acompanhamento e apoio ao agricultor(a) profissional, no Brasil, surge em 1859, onde são criados os Institutos Imperiais de Agricultura, que além de realizarem pesquisas no âmbito agropecuário, também eram responsáveis pela divulgação da informação obtida. Após isso, em 1906, o decreto nº 1.606 do então presidente da República Affonso Pena, recria o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio que outrora havia existido, porém extinto na metade do séc XIX. Sua principal atribuição, seguia basicamente a mesma, estudo e despacho de informações com relevância para a agricultura, e o que até então era chamado de “Indústria Animal. Sempre baseado em: comunicação, informação, propaganda, publicidade e divulgação de tudo que possa interessar à agricultura, ao comércio e à indústria (ANATER, 2020)

Diversas mudanças estruturais, conceituais e culturais ocorreram no decorrer dos anos, e um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi e é discutido até os dias de hoje, e serão explanados no decorrer desta pesquisa. Este, então, é o Norte do presente trabalho.

Sabendo que a política atual de ATER, em sua concepção busca assumir um caráter enviesado com os anseios da Agricultura Familiar, utilizando-se de metodologias, estratégias e práticas que promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, valendo-se dos princípios da Agroecologia (SILVA, 2013).

A agroecologia, que propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais e se utiliza dos elementos existentes específicos de cada identidade, neste caso será evidenciado as ações de ATER de base Agroecológica no município de Aliança, zona da Mata Pernambucana, que é essencialmente agrícola e que nos últimos anos vem sofrendo com o fechamento de Usinas de Cana de Açúcar, devido à crise no setor sucroalcooleiro local e ao baixo investimento em serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), e também aferir os impactos que esse serviço de ATER traz à qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

A relevância deste trabalho consiste na possibilidade de somar a compreensão e aprofundamento teórico em volta das visões relacionadas à Agricultura Familiar, e a utilização de uma estratégia de viés Agroecológica na produção, comercialização e geração de renda, adicionando contribuições para as políticas de Extensão Rural voltadas aos agricultores familiares.

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Dentro da realidade representada por esta pesquisa, o trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de transição agroecológica, partindo de um sistema de produção convencional tendo como referência Agricultores(as) Familiares do município de Aliança, Zona da Mata de Pernambuco.

### **Objetivos Específicos estão compreendidos em:**

I. Descrever características dos produtores rurais de Aliança que estão passando pelo processo de transição agroecológica;

II. Identificar as dificuldades e potencialidades de estratégias de reprodução dos Agricultores do município de Aliança;

III. Analisar as ações de Extensão Rural que estão em consonância com a Agroecologia desenvolvidas por órgãos oficiais ou não que estão relacionados com Agricultura Familiar;

O trabalho torna-se relevante, pois existe a possibilidade de somar a compreensão e aprofundamento teórico em volta das visões relacionadas à Agricultura Familiar, e a utilização de uma estratégia de viés ecológica na produção, comercialização e geração de renda, adicionando contribuições para as políticas de Extensão Rural voltadas aos agricultores familiares.

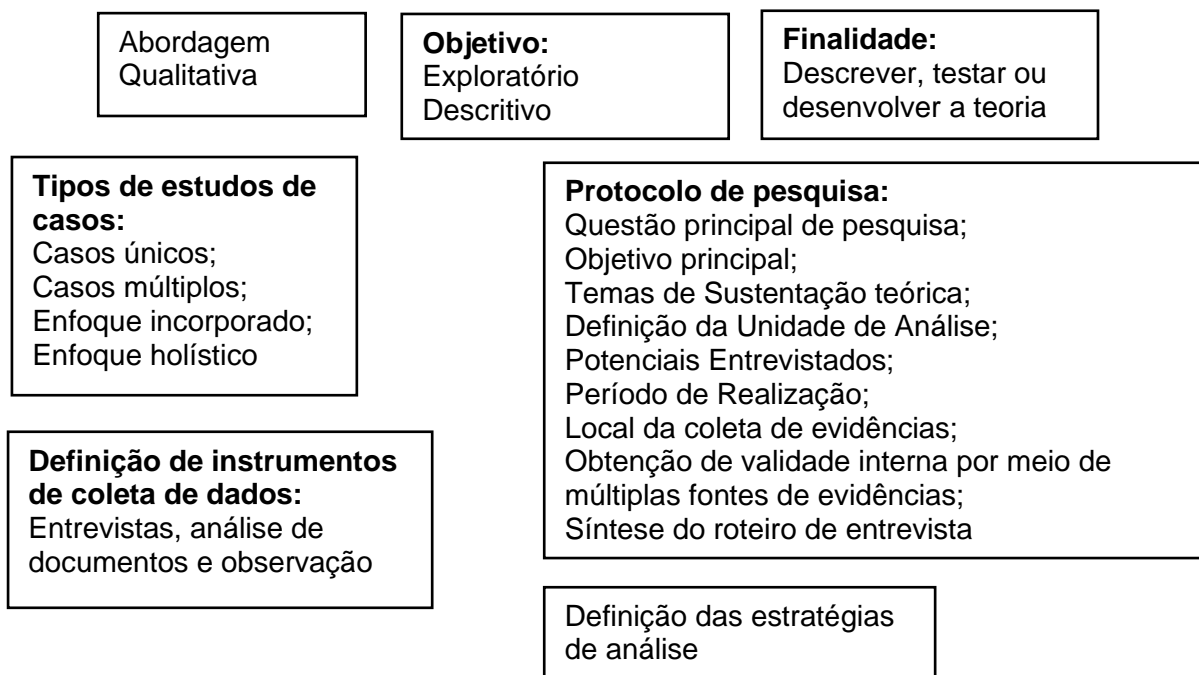
## 1.3 METODOLOGIA

O presente trabalho é um estudo de caso único, em que se investigou o fenômeno analisado a partir de uma ótica holística sobre os fatos que se sucedem, destacando o caráter de investigação empírica que descreve, analisa e interpreta um fenômeno atual. Esse tipo de estudo é uma importante estratégia metodológica para uma pesquisa em Ciências Humanas, pois adiciona mecanismos de coleta de dados que revelam aspectos difíceis de serem enxergados de forma simples (YIN, 2005).

Dessa forma, procurou-se descrever, identificar e compreender a agricultura Aliancense, tal como o serviço de ATER que a mesma tem à disposição, pretendendo

alcançar o máximo de clareza em relação a sua realidade, debilidade e potencial. Segundo Marconi e Lakatos (2011) este tipo de pesquisa faz o delineamento do que acontece em determinada realidade. Freitas e Jabbour (2011) sistematizaram as etapas para condução de estudos de casos em pesquisas qualitativas, conforme a Figura 1:

Figura 1 – Sistematização das etapas para condução de estudos de caso



Fonte: Freitas e Jabour (2011)

A população da pesquisa foi definida com auxílio da Secretaria Municipal de Agricultura, que cooperou com a disponibilização de documentos, listas e contatos dos agricultores que passam pelo processo de Transição Agroecológica (todos disponibilizados foram contatados, porém somente os 20 participantes dessa pesquisa responderam em tempo hábil e/ou se disponibilizaram a participar), associações e o sindicato local, tal como dos técnicos de entidades que prestam serviço no município.

Segundo Marconi e Lakatos (2011), população ou universo pode ser entendida como “um conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Dessa forma, foi considerada como amostra os

agricultores e agricultoras e técnicos e técnicas que atuam na cidade de Aliança, Pernambuco, sendo 20 produtores(as) e 2 profissionais de ATER.

A escolha por fazer amostragem, em vez de um censo total se dá pelo fato da grande área territorial do município, e também pelo grande número de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo em vista que é um município essencialmente agrícola. Dessa forma, seria tomado um tempo não disponível para o processo de pesquisa, além do isolamento social, por conta do *corona vírus*, que retardou a coleta de dados.

Foram reunidos dados referentes a alguns aspectos, sendo:

I. ATER empreendida pelas entidades, no intuito de caracterizar um tipo de serviço prestado, dessa forma, foram aplicados questionários aos técnicos para levantar quais atividades são realizadas e sua percepção aos termos Assistência Técnica e Extensão Rural;

II. O impacto do modelo de ATER e se seus objetivos estão consonância com as expectativas/anseios dos agricultores e agricultoras.

As informações contidas para nortear esse trabalho se deu a partir de conversas grupais e entrevistas baseadas em roteiros semiestruturadas (ANEXO I). Sendo que nem sempre foi possível estar presente nas localidades definidas, tanto por conta da mobilidade, quanto pelo isolamento social imposto pelas autoridades competentes. Segundo Gil (2003), a depender da estrutura e do tipo do questionário, não há necessidade da presença física do aplicador do mesmo.

Levando em consideração todo contexto envolvido nessa pesquisa, a aplicação de questionários pré-construídos torna-se válida. Quando se há uma abrangência espacial e populacional, nas dimensões ora impostas, impedindo um contato físico mais próximo entre os atores envolvidos nessa pesquisa, questionários semiconstruídos permitem uma maior sistematicidade e interpretação dos dados coletados (COELHO, 2014).

A técnica utilizada na pesquisa foi a de amostragem não probabilística por tipicidade, que possibilita um uso de um subgrupo que seja típico em relação à população como um todo, nesse caso a tipicidade se resume ao grupo de pessoas que são agricultores(as) Familiares que estão passando por um processo de Transição na forma como fazem agricultura. (MARCONI & LAKATOS, 2011).

Segundo Mattar (1996), existem dois tipos de amostragem, sendo: Não probabilística e a probabilística. A probabilística rege que cada elemento da população



tem chance conhecida e não nula de compor a amostra, enquanto na não probabilística a escolha dos casos que irão fazer parte da amostra é condicionada a algum critério do pesquisador ou entrevistador de campo. Logicamente, somente é possível generalizar com precisão os dados da amostra para a população no caso de uma amostragem probabilística, devido ao seu maior rigor estatístico matemático.

#### 1.4 COLETA DE DADOS

Os instrumentos usados para a obtenção de informações foram entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado e análise de documentos. A pesquisa bibliográfica (documental) encontra fontes de informações primárias (leis, documentos cedidos por algum órgão da prefeitura municipal, entre outros) e secundárias (artigos científicos, resultados de pesquisas e entre outros). A entrevista, segundo Ruiz (2011), consiste no diálogo com o objetivo de obter de determinada pessoa dados relevantes para a pesquisa e, baseadas nessas entrevistas foram obtidas as informações que norteiam esse trabalho.

Foram trabalhadas entrevistas semiestruturadas (*vide* anexos), com os seguintes temas, que orientaram a relação com o entrevistado:

- I. Vida na zona rural de Aliança;
- II. Desenvolvimento Rural;
- III. Articulação com órgãos de ATER;
- IV. Atual condição organizacional do município;
- V. Projeção para o futuro;
- VI. Conceitos básicos sobre agriculturas de base ecológica.

Foram entrevistadas 24 pessoas envolvidas nas atividades desse setor, sendo: 20 agricultores/as familiares (ANEXO 1); 2 assessores técnico/extensionistas representantes de órgão público, tendo em vista que nenhuma instituição privada ou ONG atenda o município atualmente (ANEXO 2);

Os diálogos ocorreram no local de trabalho dos(as) entrevistados(as), que foram escolhidos a partir da disponibilidade em participar da pesquisa, com horário previamente agendado, sendo que alguns, inclusive, atenderam a entrevista ainda na lavoura. As entrevistas ocorreram do mês de janeiro de 2020 até dezembro de 2021 e por uma questão de ética os nomes e local de residência não serão aqui publicados. Cada entrevista durou em média 40 minutos.

Algumas entrevistas ocorreram de forma individual, porém em algumas situações a família se inteirou do assunto, o que trouxe mais riqueza para as respostas.

O material coletado foi de uso exclusivo do pesquisador, sendo utilizado com a única finalidade de fornecer elementos para a realização desta pesquisa, e dos artigos e publicações que dela resultem. No projeto da pesquisa e mesmo na escrita da dissertação, foi assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que impossibilitem a identificação dos participantes. Assegurou-se aos entrevistados que o material coletado não será objeto de comercialização ou divulgação que possa prejudica-los, e que os dados coletados serão guardados durante cinco anos pelo pesquisador, sendo destruído tão logo esse prazo. Foi compromisso assumido pelo pesquisador, também, de manter os participantes informados acerca do andamento da pesquisa e, ao final de sua realização, comunicar-lhes os resultados e/ou devolver-lhes, de alguma forma, o produto alcançado.

## 2 CENÁRIO AGRÁRIO BRASILEIRO

### 2.1 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS

A Lei N° 12.188 de 11 de janeiro de 2010 conceitua Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como:

Um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Entretanto é um termo que não é autoexplicativo e toma, a depender de um contexto, diferentes interpretações como vindo sem feito nos últimos anos. (BRASIL, 2010).

Segundo Fonseca (1985), a ATER caracteriza-se como uma intervenção com foco na família rural, associando a transmissão de conhecimentos técnicos ligados a agropecuária com tudo que é concernente à qualidade de vida da família rural.

Tal linha de raciocínio reflete a ideia que por muitos anos vigorou, e a ATER foi vista como simplesmente uma forma de difusão de tecnologias, partindo sempre do pressuposto de que a difusão seria a melhor opção para mudança econômica, por gerações, em todo mundo. Essa visão e conceito serão mudados, o assunto será discorrido.

Para Almeida (1989), a extensão rural pode ser dividida em duas dimensões, comunicacional e educacional, que convergem no intuito de levar ao agricultor informações úteis e pertinentes (comunicação), e contribuir em sua formação, para que tais informações façam sentidos (educacional), tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida do homem e da mulher do campo.

Em 1979, Paulo Freire já havia conceituado o termo Extensão no livro *Extensão ou Comunicação?*, no qual o autor sugere uma releitura sobre a aplicação do termo, que por vezes pode implicar em uma substituição de saberes. Segundo Freire, o agrônomo equivocadamente tem a ideia de superioridade absoluta do saber acadêmico/científico.

A análise de Freire (1979) caracteriza o que é conhecido como difusionismo produtivista, onde a lógica vigente implica na máxima de que o agricultor e a agricultora assumem um papel passivo de usuário e usuária de uma tecnologia

apresentada, e lhes acabem apenas uma decisão, que é aceitar ou não a proposição. A supremacia de tal pensamento vigorou até os anos 1970, onde houve as primeiras manifestações contrárias a esta visão (BERDEGUÉ, 2002).

As organizações de ATER, a nível mundial, começaram a se estruturar no cenário pós-segunda guerra, que foi marcado por um crescimento populacional em contraste com uma significativa baixa na produção de alimentos, em especial nos países em desenvolvimento, acentuando problemas sociais em países da África e da Ásia, que já sofriam com limitações na produção e distribuição de alimentos.

A ideia de acompanhamento e apoio ao agricultor(a) profissional, no Brasil, surge em 1859, quando são criados os Institutos Imperiais de Agricultura, que além de realizarem pesquisas no âmbito agropecuário, também eram responsáveis pela divulgação da informação obtida. Após isso, em 1906, o decreto nº 1.606 do então presidente da República Affonso Pena, recria o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio que outrora havia existido, porém extinto na metade do séc. XIX. Sua principal atribuição seguia basicamente a mesma, estudo e despacho de informações com relevância para a agricultura, e o que até então era chamado de Indústria Animal. Sempre baseado em: comunicação, informação, propaganda, publicidade e divulgação de tudo que possa interessar à agricultura, ao comércio e à indústria (ANATER, 2020)

Em 1910, o então líder do executivo Nilo Peçanha, através do decreto de nº 8.319, de 20 de outubro, criou e fez a regulamentação do Ensino Agrônômico em três níveis distintos: Básico, Médio e Superior. Sucedendo este decreto, outros foram publicados, instituindo, inclusive, campos de demonstração e fazendas de modelo de criação. Nos idos de 1916, a Lei nº 3.089, de 8 de janeiro, fixou as despesas da então República dos Estados Unidos do Brasil para aquele ano, e autorizava o Presidente da República a, através do ministério responsável, investir na aquisição e encadernação de livros e jornais de interesse agrícola. Até que em 1929 é realizada a primeira semana do Fazendeiro no Brasil, na Escola Superior de Viçosa, atual Universidade Federal de Viçosa (ANATER, 2020).

No Brasil, as ações de estruturação, enquanto instituição de ATER, iniciaram na década de 1940, quando foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR MG) que mais tarde levou à criação da Associação brasileira de Crédito Rural e Assistência Técnica. A ACAR MG, fundada em 1948, foi resultado de um convênio entre o Brasil e os Estados Unidos, representado pela

Fundação Rockefeller, que tinha como objetivo principal garantir a intensificação da produção agrícola e melhoramento das condições econômicas e sociais da vida rural (RIBEIRO, 1975). Após isso, outros estados brasileiros seguiram o exemplo de Minas Gerais e criaram entidades semelhantes.

Nos idos de 1960 foi articulada a criação de um Sistema de Centros de Pesquisas Agrícolas Internacionais (IARCs), pela comunidade financiadora internacional, com a premissa de prover suporte técnico e apoio aos centros de pesquisas agrícolas nacionais. Essa sucessão de acontecimentos deu origem ao que é conhecido como “Revolução Verde” (PEIXOTO, 2009).

Segundo Fonseca (1985), foi justamente esse contexto político internacional que propiciou ainda mais mudanças na extensão rural brasileira. Em 1974 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Esse advento esvaziou o apoio à família rural, pois o crédito passou a ser o carro chefe, ou seja, a empresa passa a ter uma finalidade: financiar. Outrora, o crédito apoiava todas as etapas da produção, seja ela qual fosse, porém, a partir daí era liberado mediante um projeto específico. Essa orientação durou 20 anos (MASSELI, 1998).

Tendo herdado as estruturas das ACAR, nasce o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). A incorporação desse novo nome trouxe o termo Assistência Técnica, que foi empregado pela primeira vez somente no Art. 7º dos Estatutos da EMBRATER, O SIBRATER passa, então, a agregar a si organizações não estatais de ATER. A essa altura, o sistema da Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), criado anteriormente, foi absorvido pela EMBRATER, que pertencia ao Ministério da Agricultura e cuja função era fortalecer e integrar a SIBRATER por meio de capacitações de Extensionistas e repasse de fomento ao setor rural (ANATER, 2020)

Em 1990, a EMBRATER é extinta pelo governo do então Presidente da República Fernando Collor de Melo. Dessa forma, os serviços de apoio ao produtor rural ficam sob a responsabilidade novo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) ainda em 1990. O sucateamento das empresas públicas de ATER se tornou visível, todos sentiram a falta de qualidade na prestação do serviço, em especial os agricultores e agricultoras familiares (ANATER, 2020).

Muito embora o MARA assuma teoricamente as atribuições de ATER, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é que encabeça as ações, pois a visão política do momento, implicava dizer que uma ATER estatal era

algo dispensável. Com aporte ideológico neoliberal, surgem os serviços de ATER privados, atendendo pontualmente iniciativas de Agroturismo e Agroindústrias, em especial em localidades onde o porte dos estabelecimentos remetia à uma agricultura empresarial. Entretanto, produtores e produtores familiares também eram atendidos, desde que fossem integrados às Agroindústrias (SILVA, 2016).

O ano de 1996 marca a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), através do decreto nº1946, de 28 de julho. O PRONAF surge como uma ação integrada com estados e municípios, definindo o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, estimulando a pesquisa para criação de tecnologias adequadas, o aprimoramento profissional, atuação em função de demandas específicas de agricultores e suas organizações e o esforço da participação dos agricultores e agricultoras, juntamente com suas organizações, por meio de processos participativos, democráticos e descentralizados. Vale salientar, aqui, que não se menciona ATER, mas sim, a difusão de tecnologias e fomento à profissionalização dos agricultores familiares (BIANCHIN, 2016).

O PROANAF, já consolidado, recebe demandas, principalmente de movimentos sociais, que necessitam do serviço de ATER, serviço esse que até então era atendido por outros setores. Em 1999, cria-se então o Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, que a partir do decreto de nº 3.338 de 14 de janeiro de 2000, assume definitivamente o nome de Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Logo, as atribuições de serviços de ATER passam a ser competência de dois ministérios, o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA) e MDA (SILVA, 2016). Em seguida, o MDA incorpora a ATER em seu plano de ação após a criação do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), em seguida a sigla é alterada para CONDRAF.

A partir daí, o PRONAF se reparte em três grandes subprogramas, sendo: PRONAF crédito, PRONAF infraestrutura e o PRONAF formação.

Nesse ambiente de mudanças estruturais, o conceito de educação é aos poucos inserido nas ações de ATER, e a clientela também muda (CASTRO, 2010). A ênfase é dada na formação técnica do agricultor e agricultora, o foco deixa de ser o crédito propriamente dito e as ações são voltadas para o aprimoramento do trabalho agrícola. Dessa forma, o termo Assistência Técnica ganha uma definição mais concisa, apesar de ainda denotar, por vezes e para alguns, uma relação hierárquica que existe na relação agricultor(a) x técnico (a). Neste contexto, nota-se a transição

do que é chamado modelo do humanismo assistencialista, que se instaurou nessa primeira fase da Extensão Rural do Brasil, para uma lógica difusionista produtivista, que também se reconfigura em um lógica de difusionismo inovador, que ainda tinha seu embasado no crédito rural.

A diferenciação de fases se dá pelo enfoque central: o “modelo clássico” visava a persuasão para a adoção de práticas agrícolas que simbolizavam um ideal, um modelo. As mudanças estruturais e conceituais, que até então estavam ocorrendo, culminam também na mudança do público alvo das ações de ATER, em que pequenos e médios produtores(as) rurais passam a ser atendidos (GALINDO, 2008). Dessa forma, a Agricultura Familiar, que outrora não era chamada assim, além de um termo próprio é cada vez mais reconhecida e trazida para o debate acadêmico, social e político.

Seguindo a tendência do humanismo crítico e levando em consideração a pressão popular desde a redemocratização, a partir da legislação de 2003, a ATER no Brasil mudou sua proposta. Passa da difusão à construção dialógica entre saberes. Metodologias participativas são incluídas nas tomadas de decisão e obtenção de dados para uma análise mais da realidade, e uma solução baseada a partir da percepção também dos agricultores.

Somente a partir de 2003, no governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o MDA passa a ser oficialmente o órgão responsável pelas políticas públicas de ATER, atribuição que anteriormente estava sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (ANATER, 2020).

O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) é criado através do decreto 5.033 de 5 de Abril de 2004, pertencendo à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). Dentre as atribuições da pasta, fica a coordenação dos serviços de ATER a nível nacional (ANATER, 2020).

Como resultado dessa mudança, é criada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi formada a partir da interação entre diversas esferas do governo federal, unidades federativas e suas instituições e sociedade civil (lideranças das organizações de representação dos agricultores e agricultoras familiares e dos movimentos sociais comprometidos com essa questão). Segundo a Política, o anseio era alcançar uma Política de ATER, que atenda anseios da sociedade, e em especial, as pessoas que vivem em torno da produção e

comercialização da agricultura, pesca, extrativismo e demais atividades rurais (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural é reestruturada, tendo como missão, continuar representando, enquanto uma organização da sociedade civil, as instituições públicas estaduais de ATER no intuito de consolidar um projeto estratégico de Desenvolvimento Rural e Comunidades Sustentáveis, que assegure cidadania, equidade, inclusão social, justiça social, participação popular e qualidade de vida no campo (ANATER, 2020).

Enquanto pilares, a nova PNATER leva em si o princípio das pluralidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais, o que leva à inclusão de enfoques de gênero, raça e geração em cada orientação de projetos e programas. E a centralidade das intenções se dá na necessidade de uma maior participação popular em tomadas de decisão (ANATER, 2020). Em suma, visa:

a. Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, e aquicultura, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural, gratuita de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;

b. Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais/

c. Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológica baseado nos princípios da Agroecologia;

d. Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;

e. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que



potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2004)

Com o lançamento da PNATER, são definidas as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Dessa forma, o Governo Federal passou a estimular as unidades federativas a organizarem programas estaduais de ATER, e para o financiamento dessas ações, o MDA deve adicionar no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União os recursos necessários para a execução das ações, cabendo ao próprio MDA e suas secretárias viabilizar também recursos de outras fontes, visando convênios com outras entidades, nacionais e internacionais (SILVA, 2016).

Por meio da PNATER e PRONATER, a ATER, além da reflexão no processo de aprendizagem, reforça a prioridade em atender demandas técnicas de agricultores familiares que se enquadram na Lei nº11.326 de 24 de junho de 2006, oriundos de áreas de reforma agrária e comunidades específicas setoriais.

O PRONATER, então, objetiva o fortalecimento das ações da PANATER, tendo como alvo a universalização do saber no campo e suas diretrizes retratam a prioridade de inclusão social, transição para a agricultura de base ecológica, articulação da ATER com: Pesquisa, ensino, gênero, geração, raça, etnia, geração de ocupações e renda, atuação em redes, gestão e controle (BRASIL, 2010).

Nesse ambiente de mudanças estruturais, o conceito de educação inserido nas ações de ATER, e a clientela também muda (CASTRO, 2010). A ênfase é dada na formação técnica do agricultor e agricultora, o foco deixa de ser o crédito propriamente dito e as ações são voltadas para o aprimoramento do trabalho agrícola. Dessa forma o termo Assistência Técnica ganha uma definição mais concisa, apesar de ainda denotar, por vezes e para alguns, uma relação hierárquica que existe na interação Agricultor(a) x Técnico(a). Neste contexto, nota-se a transição do que é chamado modelo do humanismo assistencialista, que se instaurou nessa primeira fase da Extensão Rural do Brasil, para uma lógica difusionista produtivista, que também se reconfigura em uma lógica de difusionismo inovador, que ainda tinha seu embasamento no crédito rural.

A diferenciação de fases se dá pelo enfoque central: o “modelo clássico” visava a persuasão para a adoção de práticas agrícolas que simbolizavam um ideal, um modelo. As mudanças estruturais e conceituais, que até então estavam ocorrendo, culminam também na mudança do público alvo das ações de ATER, pequenos e

médios produtores(as) rurais passam a ser atendidos (GALINDO, 2008). Dessa forma, a Agricultura Familiar, que outrora não era chamada assim, além de ganhar um termo próprio é cada vez mais reconhecida e trazida para o debate acadêmico, social e político.

Seguindo a tendência do humanismo crítico e levando em consideração a pressão popular desde a redemocratização, a partir da legislação de 2003, a ATER no Brasil mudou sua proposta. Passou da difusão à construção dialógica entre saberes. Metodologias participativas são incluídas nas tomadas de decisão e obtenção de dados para uma análise mais da realidade e uma solução baseada a partir da percepção, também dos agricultores.

As novas orientações são inovadoras e fazem contraponto às práticas históricas da Extensão Rural que vê o produtor ou produtora rural como um depósito de conhecimentos e de pacotes previamente gerados (CAPORAL; RAMOS, 2006; FREIRE, 2010)

Em 2014 é intuída então a ANATER através do decreto de nº8.252 de 26 de maio, que entre as suas funções se destacam:

Promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social; promover a integração do sistema de pesquisa agropecuária e do sistema de assistência técnica e extensão rural; fomentar o aperfeiçoamento e a geração de novas tecnologias e sua adoção pelos produtores; apoiar a utilização de tecnologias sociais e os saberes tradicionais utilizados pelos produtores rurais; contratar serviços de assistência técnica e extensão rural; promover a universalização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares e os médios produtores rurais. (BRASIL, 2014)

Por meio da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), o dinamismo da ATER tem sua amplitude de atuação elevada. Sendo integrada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a ANATER aumenta o leque de prestação de serviços de ATER, além dos agricultores que já eram atendidos, houve a inclusão de outros pequenos produtores que não atendiam os quesitos da Lei 11.626/2006 e médios produtores que ainda não vinham sendo atendidos (BRASIL, 2014).

Desde então, em teoria a missão seria desconstruir um modelo de subjugação e preconceito, que não dialogavam com a realidade brasileira e o conhecimento

empírico de agricultores e agricultoras tem sido um desafio para ATER, seja na formação dos e das extensionistas, discussão metodológica e execução das ações. Traços do difusionismo produtivista ainda são visíveis. Traços esses que provavelmente influenciem negativamente o desenvolvimento efetivo a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Anos se passaram e consigo trouxeram uma efervescência política/social, e conseqüentemente uma reestruturação do cenário agrário brasileiro. Atualmente, o MDA foi unificado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os efeitos de tal reestruturação já são evidentes.

Inclusive, como evidência (da efervescência), após décadas de avanço na construção coletivas das questões que norteiam a ATER pública no Brasil, existe um solene retorno do produtivismo/difusionismo embasado na chamada transferência tecnológica. A ANATER, em sua proposta parece escantear o caráter Agroecológico da Lei de ATER (SINDASPI, 2013).

Mendes (2015) aponta em seu trabalho o receio sobre as ações da ANATER, que na conformação que se encontra sua forma de atuação, não existe uma previsão de resposta as questões relacionadas a integralização entre a Pesquisa e a Extensão.

## 2.2 ATER EM PERNAMBUCO – UMA SÍNTESE

O serviço de Extensão Rural Estatal em Pernambuco oficialmente existe há mais de 50 anos. Porém, durante todo esse período histórico, a exemplo dos serviços prestados a nível nacional, diversas fases e faces se apresentaram na forma de dispor esse serviço à sociedade, diferindo entre nomes, direção e modus operante até conformar-se no que hoje conhecemos como Instituto Agrônomo de Pernambucano (IPA). A sucessão de instituições é descrita como segue:

**1954–1962:** Associação Nordestina de Crédito Rural (ANCAR). Com o resultado obtido pela ACAR-MG, foi fundada a ANCAR.

**1963–1998:** Apesar do longo período de atuação a Empresa de Assistência Técnica

**1998–2003:** Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (EBAPE): Acumulou diversas funções durante sua atuação em ATER, desde projetos de irrigação, até iluminação

**2003 – Dias atuais:** Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA): Existia desde os anos de 1960, porém assumiu a função de prestadora oficial de serviço de ATER a partir de 2003.

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO UNIVERSO AGRÁRIO BRASILEIRO – CONCEITO E ESTRUTURA

O universo agrário, de uma forma geral é complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem (meio físico, ambiente, variáveis econômicas etc.), ou em virtude da existência de quem está instalado enquanto morador daquele meio, os quais terão interesses e estratégias diversas em relação à forma como conduzirá seu trabalho, logo, respondem de maneira diferente à situações semelhantes. Portanto, se faz necessário uma distinção entre os principais tipos de produtores, identificando-os para que a partir daí encaminhamentos específicos possam ser tomados, e dentre os grupos destacados que compõe a estrutura do ambiente rural, situa-se a Agricultura Familiar (INCRA/FAO, 2000).

A Agricultura familiar, atualmente compreendida como uma categoria social e produtiva da sociedade e expressa sua importância em pelo menos dois aspectos segundo Esquerdo (2014), sendo: manutenção do homem e da mulher no campo em função da renda que é gerada através da atividade e também pela sua própria execução, que fornece alimentos para a população em geral.

No Brasil, as discussões em relação à Agricultura familiar começam a ganhar visibilidade a partir de 1980, entretanto, somente no período da redemocratização que as discussões ganham ações, por conseguinte, já que a pressão social para a criação de políticas específicas ganhara maior proporção. Isso em meados de 1990 (CANDIATTO, 2011).

Com a conferência das Nações Unidas sendo realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o debate acerca da temática ganha força e são introduzidas na pauta as questões da Agroecologia e produção orgânica, como uma das novas formas de produzir. A partir daí o produtor(a) familiar passa a ser visto como um agente estratégico para a incorporação de práticas sustentáveis, seja ambientalmente ou socialmente. Em meio a esse contexto, em 1996, coordenado pela Secretaria de Agricultura da Agricultura Familiar, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e é tido até os dias de hoje como a primeira iniciativa específica para o agricultor(a) familiar (CANDIATTO, 2011).

Dessa forma, o Estado brasileiro legitimou essa nova categoria social, os agricultores e agricultoras familiares, que por muito tempo foram marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, agricultores de subsistência, etc.

Schneider (2006) corrobora com a ideia de que a afirmação dessa categoria se deu pelos impulsos sociais, econômicos e intelectuais:

Do ponto de vista social, a categoria emergiu como resultante das mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, no início da década de 1990 (especialmente a Contag que, lentamente vai deixando de lado o discurso de representação dos trabalhadores rurais, até o surgimento de formas de representação que reivindicam especificamente a identidade da agricultura familiar (como é o caso da Fetraf). Em termos político institucionais a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e de uma estrutura específica destinada a operar políticas para este público no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. No campo intelectual, o reconhecimento começa pelos estudos que buscam definir o universo de estabelecimentos rurais que não contratam força de trabalho, denominados por isso de familiares, em oposição aos patronais. A partir dessa oposição, ao longo da década de 1990 avançam pesquisas que definem a agricultura familiar como aquela que opera a partir da articulação das dimensões trabalho, gestão e propriedade familiar (SCHNEIDER, 2006, p. 7).

Em 2004 foi criada a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais e finalmente, somente em 2006 a agricultura familiar passou a ter uma descrição mais criteriosa, regulamentando o acesso ao PRONAF, que financia projetos ao produtor rural, com juros mais baixos do que os aplicados aos demais produtores. Tais definições foram embasadas na Lei n 11.326/2006, estabelecem que para ser considerado como agricultor(a) familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (que podem variar conforme o município), faça uso predominantemente da mão de obra familiar para execução das atividades, assim como a base econômica de sustentação da família seja oriunda dos serviços e produtos da propriedade. (BRASIL LEI N° 11.326, 2011). Em suma:

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro módulos fiscais);
- II- Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – Dirija seu empreendimento ou estabelecimento com sua família (BRASIL, 2006).

Em termos conceituais, Abramovay (1997) já havia elaborado uma definição. Para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença de ao menos um membro da família, que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

E dentro da própria agricultura familiar têm-se suas distinções. É importante frisar que os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza, diferenciam-se em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda (BUAINAIN, 2019).

A agricultura familiar no Brasil se enquadra na estrutura do rural de forma desproporcional. O espaço rural Brasileiro tem em sua composição uma estrutura fundiária desigual e injusta, e que historicamente tem tendências à concentração de terra, que traz consigo efeitos, tais como a exclusão social e a pobreza. Além do mais, a agricultura não-familiar continua sendo majoritária, sendo essa a que faz contraponto com a familiar, ou seja, todo ambiente produtivo, dentro do meio rural, que não se enquadre nos critérios supracitados como Agricultura Familiar se enquadra como não-familiar (MATTEI, 2014).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 realizou o Censo Agropecuário, e os resultados obtidos relacionados à Agricultura Familiar demonstram que a mesma corresponde a cerca de 38% (ou R\$ 54,4 bilhões) do montante produzido pela Agropecuária no Brasil. A produção vegetal gerou 72% do valor da produção da Agricultura Familiar, sobretudo, com lavouras temporárias, 42% do valor da produção, e permanentes com 19% do total produzido. Além do mais, é possível visualizar através do censo a importância da agricultura familiar na absorção da mão de obra, são cerca de 12,3 milhões de pessoas trabalhando neste segmento,

correspondendo a 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos rurais nesta época.

Através dos dados mais recentes do IBGE, do censo agropecuário de 2017, é possível constatar que a Agricultura Familiar encolheu no país. Houve uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de Agricultura familiar, e, além disso, foi o único segmento a perder mão obra, sendo aproximadamente 2,2 milhões de pessoas (IBGE, 2017).

Compreender esses números requer uma busca histórica da questão agrária no Brasil. As últimas décadas, mais do que nunca, tem sido marcada pelo forte impacto do crescimento e intensificação do ciclo de commodities agroindustriais nos mercados internacionais, e com isso uma visão estereotipada tem sido atribuída às iniciativas que não se enquadram no âmbito do agronegócio e da modernização agrícola, logo, a agricultura familiar é vista como atrasada ou até mesmo parada no tempo (MATTEI, 2014). Dessa forma, o desenvolvido rural perpassa por um único caminho, caminho esse em que todos precisam se modernizar dentro da lógica imposta pelo “*agro*”, para não ser taxados como ultrapassados.

A realidade é que, politicamente, o Brasil nunca deu prioridade à agricultura familiar. E podemos tratar como um traço cultural. Assim como os demais países da América latina, o Brasil teve sua colonização baseada na forte concentração de terras com grandes propriedades voltadas ao mercado externo. (Nakatani, 2012)

A estruturação fundiária no Brasil foi adquirindo o perfil que tem hoje (monocultivos e alta concentração de terras) devido a fatores históricos de sua formação enquanto colônia, pois sua ocupação se deu por meio das capitâneas hereditárias e a atividade econômica predominante era a agricultura de produtos tropicais voltados para a exportação (NETO, 2009).

Muito embora existissem cultivos de outros gêneros agrícolas, a maioria dos investimentos era voltada primeiramente para a produção de cana de açúcar e posteriormente de café, que por muito tempo ocuparam as terras (por posse ou por força) mais férteis e produtivas o Brasil colônia, e dado aos anseios dos senhores de engenho e de cafezais de alcançar o mercado internacional, o sistema produtivo foi baseado na grande propriedade e com o uso de trabalho escravo (FERNANDES, 2005).

Para que sua estrutura e forma de funcionamento fossem definidas, até o ano de 1996 a Agricultura familiar brasileira passou por um processo de extrema

dificuldade em obter financiamento para suas atividades. Aumentar o nível tecnológico, comercializar, custear a produção e melhorar a sua produtividade, a exemplo do que acontecia com setores mais dinâmicos do setor agrícola, como os produtores de *commodities* exportáveis, eram tidos como tarefas impossíveis.

#### 2.4 INTERVENÇÕES NO MEIO RURAL

Preocupado com o desenvolvimento no meio rural, o governo brasileiro optou por modelo de viés desenvolvimentista voltado para os níveis de produção, no intuito de elevá-los, sem levar em consideração qualquer costume tradicional. Dessa forma, várias mudanças foram promovidas nos hábitos da população rural, como por exemplo, a utilização intensiva de insumos agrícolas, com a atuação extensionista assistencialista.

Muitos(as) agricultores(as) foram marginalizados por não se adequarem às novas tendências de produção. A população rural de baixa renda passa então a ver os problemas sociais, tais como o êxodo rural, se agravar.

Teoricamente, as ações governamentais, atualmente, seguem dois modelos de desenvolvimento rural diferentes. Um contempla grandes produtores, latifundiários, com elevadas escalas de produção e geralmente dedicados a monocultivos de grandes culturas, e um segundo, com um viés mais humanista e imbuído do propósito de criar condições para que o agricultor e agricultora tenham qualidade de vida, e que as atividades agrícolas sejam mais diversificadas e sustentáveis, voltadas à produção de alimentos para o mercado interno.

#### 2.5 PNATER E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é baseado na melhoria da condição da vida humana, respeitando os limites da capacidade de suporte de cada ecossistema e das pessoas, que ao tempo que se beneficiam também estão envolvidas como instrumento do processo. A verificação deste fato se dá, por exemplo, na questão ambiental, onde a dinâmica populacional das populações mais pobres mostra que, ao mesmo tempo em que são atingidas pela degradação ambiental (falta de recursos e informação), também degradam (ASSIS, 2006).

Segundo Assis (2006), para que o Desenvolvimento Sustentável seja implementado é necessário visar à harmonia e à racionalidade, não somente entre o homem e a natureza, mas principalmente entre os seres humanos. As pessoas devem



ser sujeitas no processo de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio de se obter, respeitando-se as características étnico-culturais, melhoria da qualidade de vida para diferentes populações, especialmente as mais pobres.

Para que isso aconteça, as ações que visam o desenvolvimento devem priorizar investimentos e programas que tenham um equilíbrio entre tecnologia e projetos comunitários e que tenham como norte despertar a solidariedade e a mobilização por objetivos comuns nos grupos envolvidos.

A lógica sustentável do desenvolvimento, assim definida, tornou-se real após a crise dos anos 1980 e a ascensão dos debates acerca da questão ecológica, onde os enfoques tradicionais desenvolvimentistas, provenientes principalmente dos Estados Unidos da América, começaram a ser criticados de uma forma mais aprofundada. Tal enfoque considera que se pode elevar o nível de riqueza material, de forma indefinida, sendo o crescimento econômico um anseio que as sociedades têm para alcançar.

Porém, quando são explicitados os custos não contabilizados dos processos de produção, percebe-se que o crescimento econômico não é uma condição suficiente para o desenvolvimento econômico, já que esse crescimento é extremamente excludente. (CAVALCANTI, 2010).

Ao analisarmos essa discussão no âmbito ambiental, vemos que a utilização econômica da natureza é global, e a causa dos problemas de ordem ambiental tem, na maioria das vezes, seu início em um condicionante local, logo, as iniciativas de controle têm de ser orientadas em formas de remover os condicionantes (ASSIS, 2002).

Logo, para um Desenvolvimento Rural Sustentável o estímulo deve ser feito em bases locais e regionais, pois são nessas instâncias que existem condições de contrapor qualquer tipo de controle social que tenha vínculos com a influência do capital.

Segundo Moreno (1997), as questões pertinentes ao meio ambiente, devem ser geridas e pensadas localmente, de forma interativa entre os diferentes atores sociais (comunidade científica, meios de comunicação e associações).

Através da observação, as ações de ATER se tornam mais efetivas e tendem a proporcionar a população rural condições de um desenvolvimento rural sustentável. E quando a ATER é gerida através de uma política, teoricamente torna-se menos complexo o caminho para tal.

O modelo norte americano influenciou a formação da ATER nacional. Porém, mesmo assim as ações de ATER no Brasil foram naturalmente se moldando e sofrendo adaptações (OLIVEIRA, 1999). Segundo Peixoto (2008), a maior influência realmente foi à adesão as linhas de crédito como principal ferramenta de trabalho através das ACARs.

Após setenta anos, no início dos anos 2000, é proposta uma nova ATER. Remodelada, visando uma atuação mais participativa e com o intuito de envolver a sociedade nesse processo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As políticas propostas então são determinadas visando esse desenvolvimento. As bases sólidas dessa nova ATER, segundo Caporal e Ramos (2006) são: A contribuição para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

A PNATER se apresenta como uma proposta oposta à que foi definida pelo difusionismo que caracterizou o período que é conhecido como Revolução Verde. A ênfase aqui é uma proposta à um Desenvolvimento Sustentável (CALLOU, 2008). A nova ATER tem de fomentar um processo educativo contínuo e permanente, que some para uma integração mais equilibrada e justa entre o Urbano e o Rural.

Uma nova fase surge para as Políticas Públicas a partir de 2010. Incluindo a Agricultura Familiar com base no Tripé da Sustentabilidade, as ações visavam fortalecer ainda mais a ideia de um desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.

A proposta da PNATER é a composição de modelo inovador, com um olhar sistêmico operacionalizando uma abordagem de caráter colaborativo, forjando um novo perfil para a Extensão Rural brasileira, sempre visando uma relação dialógica estabelecida por meio de um processo de comunicação mais efetivo em busca de valores sustentáveis para o ambiente rural (BRASIL, 2004; 2010).

É imprescindível a ATER para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. É fundamental para solidificar as ações que viabilizem a sustentabilidade na agricultura familiar, pois o discurso em questão projeta melhorias para o bem comum com bases agroecológicas fundamentadas na equidade social, diversidade cultural e democracia participativa (ASSIS, 2002).

### 3 AGROECOLOGIA – ESTADO DA ARTE

#### 3.1 A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA

Existe uma racionalidade industrial capitalista aplicada à agricultura, que por vezes, ou quase sempre ignora os impactos que tal viés gera no ambiente em que seja aplicado. Impactos esses são imensuráveis, pois fogem do campo vegetal/produtivo, e tornam invisíveis homens e mulheres que estão em uma linha de frente e são sujeitos sociais no rural, anulando seu papel e história na formação do escopo teórico de profissionais das agrárias e na geração de tecnologias agropecuárias.

São inquestionáveis os avanços obtidos por profissionais da área rural em suas diversas especialidades. Ganhos em produtividade, exportação, qualidade do ensino técnico agrônomo e o avanço na pesquisa. Contudo, temos um cenário cada vez mais tendencioso e propício ao desenvolvimento de técnicas de cultivo, variedades com sua carga genética alterada em laboratório e agrotóxicos, que cada vez são menos restritos para aquisição.

Ao agricultor e agricultora familiar a restrição permanece. Permanece quando as tecnologias disponíveis no mercado não são acessíveis a eles/elas. Perpetua-se quando tem-se instituições públicas, atividades acadêmicas e etc. concentrando suas produções de conhecimento e ação exclusivamente ao serviço da agricultura industrial e da grande produção.

Dessa forma, torna-se evidente o crescimento acelerado da pesquisa científica a fim de suprir as demandas do agronegócio e a carência de uma pesquisa básica aplicada às demandas da agricultura familiar.

Logo, se faz necessária a iniciativa de trabalho de pesquisadores que se proponham a se debruçar sobre a temática da agricultura familiar. O debate acerca da produção orgânica e também da agroecologia é relativamente recente no Brasil, datando do final do século XX. Dado o tamanho e diversidade cultural do nosso país, proporcionalmente existem poucas publicações relacionadas, e se tratando do município onde se dá nosso recorte espacial, as publicações na área das agrárias relacionadas trazem um apanhado técnico/informativo sobre as aptidões agricultáveis de algumas localidades dentro das delimitações do município de Aliança.

Essa pesquisa tem sua importância confirmada na certeza de que é necessário o conhecimento da produção agroecológica em todos os recantos deste Brasil, um fato novo e específico. Entretanto, as pretensões aqui estabelecidas não se limitam ao conhecimento de questões locais, o intuito é inspirar novas pesquisas e que as experiências aqui relatadas sirvam de base prática e reflexiva para futuras intervenções. Estamos aqui tratando de uma pesquisa de fontes bibliográficas que resulta em um ensaio teórico voltado para apreender o processo histórico dessa construção da Agroecologia e o debate ao seu redor.

Neste momento a pretensão é estabelecer uma discussão de um ponto de vista histórico, sobre a evolução do processo tecnológico na agricultura no que se refere às suas interações com o meio ambiente, chegando então a discussão agroecológica.

### 3.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES

Segundo Ehlers (1996), o ápice da chamada agricultura moderna é atingido com a formalização do termo Revolução Verde, que surge na ânsia de solucionar a questão da fome mundial. Entre 1950 e 1984 a disponibilidade de alimento por habitante aumentou em 40%, porém em 1985 torna-se notório o declínio na produção agrícola mundial em decorrência dos impactos ambientais e viabilidade genética das espécies vegetais produzidas.

Santili (2009) traz uma discussão conceitual sobre a revolução verde, sendo a associação entre insumos químicos e mecânicos. Neste contexto ocorre a integração das variedades vegetais desenvolvidas para alcançar um alto rendimento, e um conjunto de práticas e insumos conhecido como “Pacote tecnológico” dessa mesma revolução. Concomitantemente, ocorre a associação com uma estrutura de crédito, que também agrega uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural entrelaçado a esse modelo agrícola. Evidentemente, com esse aparato, e somado com o apoio de órgãos federais e internacionais, a Revolução Verde difunde-se e pelo mundo promove uma replicação de tratamentos culturais e artificialização do meio ambiente.

Graziano Neto (1982) destaca que, no Brasil, a chamada Revolução Verde intensificou o processo de degradação ambiental, pois o desgaste causado pelo uso incorreto do solo é observado desde o período colonial, em um sistema monocultural de produção. Além disso, o aumento da concentração da riqueza e disparidades regionais também é fomentado pelo processo de modernização, agregando a si um caráter excludente.

Milton Santos (2008) descreve a introdução da Revolução Verde no Brasil como uma segunda Globalização, que diferente da primeira que suas nuances eram a colonização, invasão territorial, genocídio, é destacada pelas revoluções tecnológicas onde o consumismo é essencial e a política é gerida através da ação de grandes corporações.

Tão aclamada, a modernização na verdade fez com que pequenos produtores fossem banidos de suas terras por não se moldarem a um modelo empresarial de fazer agricultura. Fica claro que a denominada modernização é um processo de inserção do capitalismo na agricultura, que ocorre junto às transformações gerais da economia brasileira da época (SILVA, 1985).

Jungues (2010) leva a discussão mais a fundo, pois traz à lembrança os processos excludentes pelos quais as camadas sociais menos favorecidas são submetidas, tais como o período escravocrata do Brasil. Com a modernização cresce o êxodo rural, e dessa forma cresce a marginalização demográfica. Enquanto isso, a Agricultura vira Agroindústria, o produtor tem sua autonomia amputada frente às empresas, as sementes nativas, crioulas ou sementes da paixão (como são chamadas em determinadas localidades da Paraíba e áreas que fazem divisa) passam a ser propriedades de multinacionais, sendo modificadas a cada nova safra, e o homem e mulher do campo deve comprar novas sacas dessa mesma semente a cada ano, junto aos novos fertilizantes e agrotóxicos para seu cultivo “correto”.

Segundo Lazzari (2017), a Revolução Verde traz consigo inúmeras contradições. Em sua narrativa o emprego seria viabilizado, entretanto as máquinas tomam o posto de trabalho de milhares de pessoas para a implantação de monoculturas. Proporcionalmente, a produção de alimentos para o mercado interno não teve um aumento significativo, uma vez que a maior parte do que era produzido se destinava a exportação. A não sucessão rural, causada pelo êxodo dos moradores do campo, fortaleceu a solidificação do latifúndio e o aparecimento da periferia dos centros urbanos.

### 3.3 UMA OPÇÃO SUSTENTÁVEL NO FAZER AGRICULTURA

Os limites impostos pela natureza frustram aqueles que apostam que os avanços tecnológicos possam superar tais barreiras. As práticas agrícolas continuam dependentes do meio ambiente. Os problemas ambientais aliados à má distribuição

da riqueza gerada pela industrialização da agricultura embasam a ideia de um aumento crescente da demanda por práticas alternativas, com um equilíbrio ecológico com o devido reconhecimento científico (ALTIERI, 1995).

Assis (1996) ressalta que técnicas e práticas alternativas são desenvolvidas desde a década de 1920, porém somente a partir de 1960 que foram difundidas a nível mundial. Dentro desse contexto, a ordem era ridicularizar toda e qualquer ideia que fosse contrária ao modelo empresarial como vinha sendo feito a agricultura. Atualmente, as práticas alternativas expressam sua força através de diferentes correntes, apesar de ainda estarem ocupando, proporcionalmente um local periférico dentro do cenário agrícola mundial.

### 3.4 AGROECOLOGIA: SURGIMENTO E CONCEITOS

Segundo Assis (2004), a Agroecologia surge em 1970 com o intuito de firmar uma base teórica para diferentes movimentos de Agricultura Alternativa que estavam a ganhar notoriedade mediante o declínio da Agricultura Moderna. É necessária uma compreensão em relação à terminologia, já que a Agroecologia não pode ser entendida ou interpretada como uma prática agrícola.

A Agroecologia busca a compreensão do funcionamento de diferentes agroecossistemas complexos e as interações que estão presentes nestes, seguindo como norte a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000).

Dessa forma, entende-se que a Agroecologia não é uma tecnologia, muito menos um sistema de produção, é, sobretudo, um enfoque que resultou de um contexto histórico dinâmico de uma construção social. E compreender que a agroecologia ainda hoje se encontra em um processo de construção representa aceitar suas singularidades que caracteriza suas diferentes abordagens (LAMAMOTO, 2005).

A Agroecologia parte de princípios simples para a construção de um agroecossistema sustentável, diminuindo a dependência de insumos externos e a conservação dos recursos naturais. A reciclagem de energia deve ser maximizada, da mesma forma os nutrientes, para tanto deve ser feito um desenho dos sistemas produtivos complexos e variados que pressuponham a continuidade de policultivos anuais e perenes associados às criações (ASSIS, 2004).

Gliessman (2000) destaca que a agroecologia parte em busca de conhecimentos desprezados pela agricultura moderna e não representa uma volta ao passado, e sim a procura por subsídios de ultrapassar obstáculos relacionados ao meio ambiente na criação de agroecossistemas sustentáveis, visando torná-los parecidos com os ecossistemas naturais.

A agroecologia faz do Agroecossistema seu ambiente de estudo a fim de compreender seu funcionamento e a natureza dessas unidades, trazendo consigo as bases ecológicas, agronômicas e socioeconômicas na busca pela compreensão do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade de uma forma geral (ASSIS, 2004). Um sistema agroecológico terá seu sucesso se basear sua primeira ação no cuidado com o solo, em sua recuperação e manutenção do equilíbrio biológico, pois esse aspecto tem grande influência em suas características físicas e químicas.

Mader (1996) reivindica que o solo deve ser observado como ser vivo, onde os organismos presentes estão interligados não só em dependência com a condição física ou química, mas estes exercem papéis específicos no ambiente com sua diversa escala de atividade.

A biota do solo sofre influência das práticas que são empregadas, vide a rotação de culturas, adubação, irrigação e etc. E essa mesma biota também governa processos naturais que se dão em seu interior, tais como a decomposição, mineralização, mobilização e imobilização de macronutrientes e tantos outros até que se chega, finalmente, a regulação de pragas e doenças.

No que tange às questões sócias e econômicas, a Agroecologia perpassa a agricultura e torna-se também um social, além do ecológico, pois se trata da coevolução de sistemas naturais e sociais. Logo, podemos entender que a Agroecologia não se limita a diretrizes ecológicas para um desenvolvimento tecnológico, mas adota um campo de visão ampliado onde a tecnologia que são empregadas para um verdadeiro desenvolvimento rural deve atender as demais sociais e econômicas (ALTIERI, 1995).

A proposta agroecológica é a quebra do paradigma da química e da mecanização que entende o meio ambiente como uma fonte de lucro. A ideia é apontar alternativas sistêmicas como uma opção para um desenvolvimento rural e agrícola sustentáveis.

A implementação da Química na agricultura fez com que o termo “moderna” fosse aderido a mesma. As condições ambientais começaram a ser vistas não como uma limitação e sim como algo a ser superado. O entendimento do funcionamento da natureza foi colocado em segundo plano, já que a partir de então tudo é considerado superável e que o caráter agressivo desta maneira de fazer agricultura poderia ser atenuado com algumas práticas conservacionistas

Evidentemente, por sua característica exploratória o modelo agroquímico apresenta, desde sua consolidação, sinais de esgotamento. Esse fato propiciou o surgimento de movimentos antagônicos a esse modelo, propondo um resgate da lógica que anteriormente vigorou, pregando respeito aos processos naturais e ao mesmo tempo utilizando-os de forma inteligente.

Assis (2004) afirma que a agroecologia surge como uma base para estabelecer um suporte teórico para diversos movimentos, visando o entendimento da funcionalidade dos agroecossistemas, tal qual sua preservação e ampliação de suas formas de vida para que, dessa forma, se alcance a verdadeira sustentabilidade.

Alier (1994) destaca que o paradigma agroecológico vem de uma intervenção multidisciplinar embasada cientificamente a partir da crise do atual modelo organizacional e tecnológico da forma de se fazer agricultura que vigora desde aquela época. De várias formas essa crise, segundo Alier, se dimensiona e sua reversão não virá de apenas uma área do conhecimento. É necessária uma sistematização de conhecimentos baseados em circunstâncias reais de todas as amplitudes socioeconômicas e culturais das populações que vivem da agricultura. A agroecologia oferece ferramentas para fomentar uma nova extensão rural e a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

A ciência agroecológica oferece o resgate de uma lógica de complexificação das populações que se estruturaram no campo durante milênios, tal como seus conhecimentos colocada de lado pela chamada agricultura moderna, e os apresenta como uma alternativa eficaz para vencer o desafio de fazer a agricultura verdadeiramente sustentável. Para tal, busca a integração de princípios ecológicos, agrônômicos e socioeconômicos como uma janela para visualizar os efeitos das tecnologias sobre a produção agrícola e a sociedade de forma geral (ASSIS, 2004).



Baseada em uma série de princípios, a agroecologia busca metodologias para estudar, analisar, conduzir, desenhar e avaliar agroecossistemas na intenção de dirigir a implantação e o desenvolvimento de formas de se fazer agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. Logo, a agroecologia não pode ser confundida com uma prática ou tecnologia ou sistema de produção ou estilo de agricultura (ALTIERI, 1995).

Para Gumán (1996), a agroecologia constitui um campo de estudos, que por meio de uma *modus operante* social de caráter participativo, almeja um manejo ecológico dos recursos naturais através de uma ótica holística com uma ação sistêmica para redirecionar o trajeto alterado da coevolução social e ecológica. Partindo do pensar agroecológico, o aspecto local é valorizado como portador de um potencial endógeno e que por meio de uma articulação entre o saber empírico e o científico é possível uma implementação de sistemas agrícolas alternativos que possam potencializar a biodiversidade e a diversidade sociocultural.

Movimentos de agricultura alternativa têm como característica a utilização de tecnologias que valorizem o meio ambiente natural e junto a ele trabalhem para manter ou pouco alterar sua condição de equilíbrio entre os organismos que estão presentes e atuantes do processo de produção. Dentre os métodos alternativos, o modelo orgânico tem sido o mais difundido (JESUS, 1996).

### 3.5 TRANSIÇÃO AGROECOLOGIA

Mesmo com tanto fomento para sua ascensão, a chamada agricultura moderna firmou-se em setores limitados de países em desenvolvimento. De modo efetivo, toda agricultura praticada mostra-se como um elemento de difícil compreensão, lógico e economicamente, fazendo duo com múltiplas categorias de empreendimentos que dialogam com tipos de solos, plantas e animais. Mesmo assim, é incabível a afirmação que essa agricultura tem condições de ser, ajustada em todo planeta e se transforme de alguma forma num exemplar mais sustentável (MAZOYER; ROUDART, 2010)

O processo de transição Agroecológica refere-se à conversão do sistema agrícola tradicional em um agroecológico. Tal passagem tem sido observada em pesquisas a nível nacional e internacional, tendo como norte a interpretação dos princípios que estão sobrepostos no processo e a partir daí indicar caminhos que promovam a transição. Khatounain (2001) aponta que no que tange a obstáculos que estão ao redor do processo de transição pode-se citar a quase intrínseca vontade de

tender a simplesmente querer atender aos preceitos da produção orgânica, sendo o limítrofe a organização de sistemas com uso de insumos tolerados.

Corroborando com a discussão, Eduardo Sevilla Guzmán et. al (2012) afirma que o processo de transição agroecológica pode ser melhor esclarecido se atentarmos para as dimensões da agroecologia:

A primeira dimensão da Agroecologia é a ecológica e técnico-produtiva centrada no desenho dos agroecossistemas, sendo a ecologia o marco científico de referência que, em diálogo com o conhecimento tradicional campesino e indígena, propõe a redefinição dos fundamentos técnicos da agronomia, da veterinária e das ciências florestais. A segunda dimensão, a socioeconômica, se caracteriza por um forte conteúdo endógeno, prioritariamente através da análise das sociedades locais, das estratégias produtivas e dos processos de desenvolvimento rural. Finalmente, a dimensão política da Agroecologia se traduz na implicação prática, na construção de alternativas à globalização agroalimentar, mediante o apoio e acompanhamento de ações coletivas, tanto produtivas ou de comercialização como luta política. Nesta última dimensão, a Agroecologia se articula com a proposta política de Soberania Alimentar (SEVILLA GUZMÁN et al., 2012, p. 37)

Acrescentando à esta linha de raciocínio, Caporal (2020) cita a reciclagem e o descarte. É notória a percepção de que o norte em comum dos autores apresentados até então é a necessidade da ação social coletiva. Isso denota que as iniciativas, de forma organizada e diferenciada, em cooperação devem se ajudar mutuamente.

O passo a passo da conversão não é cartesiano. Haverá oscilações de acordo com o impulso e dos recursos que dispõe o produtor, podendo ocorrer uma conversão radical, radical de parte ou gradual da unidade produtiva (FEIDEN, 2002).

Ademais, outros autores apontarão suas respectivas óticas sobre os caminhos a se fazer onde se tem a transição como objetivo.

Hill (1985) aponta que é necessário eficiência, substituição de técnicas, redesenhos. Tal autor chama cada iniciativa de componente, dialogando com MacRae (1990), que indica que será crucial a mudança no processo produtivo.

Gliessman (2018) sugere 5 níveis: 1 - equacionar a questão dos insumos químicos, diminuindo cada vez mais; 2 - inserção de práticas orgânicas em detrimento a convencional; 3 - redesenho do agroecossistema; 4 - criar elos entre produtores e consumidores; 5 - forjar um novo sistema alimentar global.

Elzen (2017) afirma que é necessário haver uma sinergia entre a agroecologia, bioeconomia e desenvolvimento sustentável, por acreditar que a transição não deve ser limitada somente a agroecologistas.

Caporal (2020) enfatiza que a transição agroecológica não pode ser confundida apenas com uma mudança para sistemas de substituição de insumos. Existem iniciativas oriundas da Extensão Rural convencional que apenas cambiaram os modelos prontos da revolução verde com pacotes agora orgânicos, mantendo o mesmo modus operante adotado outrora, adotando o viés da educação bancária e da persuasão, contudo, agora para apregoar a agricultura orgânica.

Cabe reforçar que o genuíno processo de transição ocorrerá não pela Extensão Rural convencional. Quem se propuser a ser o agente de extensão neste processo deverá ser um facilitador para promover a transição em cada nuance que a mesmo requer (CAPORAL, 2020).

É essencial que aconteça uma mudança integral na percepção do sistema de produção assumido pelo agricultor e agricultora, para tanto é preciso esmero nos aspectos educativos da transição, de modo que o homem e a mulher do campo possam compreender os princípios e manejos inseridos nesse processo, dando tempo à maturação e conscientização (KHATOUNAIN, 2001).

### 3.6 O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

É necessária uma reinvenção da ATER, em especial a pública, em um cenário mundial. Dadas as crises existentes, os atores desse processo necessitam atuar norteados pelo uso de metodologias participativas e com uma ótica agroecológica, internalizando a figura de quem promove a transição, fortificando o potencial de cada localidade e estimulando iniciativas inovadoras nos processos de produção, distribuição, transformação e consumo dos produtos (CAPORAL, 2020).

Uma ATER Agroecológica é baseada em um processo que intervém assumindo um caráter educativo e com condições de construir transformação, fazendo uso de ferramentas que permitam o desenvolvimento de uma prática social em que os envolvidos busquem a construção e sistematização de saberes que os levem a agir conscientemente sobre a realidade (BROSLER et al., 2010)

A promoção da interação e a troca entre atores dos diversos contextos, instituições e famílias que fazem a agricultura deve ser a marca dessa ATER. É um processo educativo, emancipador, construtivista e democrático, que se faz mediante

a participação, adotando uma metodologia capaz de contribuir para o fortalecimento da cidadania e a construção do Desenvolvimento Rural Sustentável (WIVALDO et al., 2018).

Em contraposição à Extensão convencional, que atua de forma difusionista, uma Extensão Rural Agroecológica pede uma iniciativa que tenha como norte o conhecimento e análise dos Agroecossistemas e dos sistemas alimentares, trazendo alternativas que se baseiem em princípios que tragam para perto a Agronomia e também a Ecologia, em uma visão holística e sistêmica (CAPORAL, 2020).

A agroecologia engloba várias abordagens para equacionar os obstáculos que a produção agrícola enfrenta. Portanto, uma ATER Agroecológica se trata de:

*Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo (CAPORAL, 1998).*

A importância das ações de ATER são evidenciadas em experiências relatadas, tais como descrito por Moura (2013) que relata as iniciativas tomadas pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), que trabalha desde 1987 em parceria com a Universidade Federal de Viçosa atuando junto à Agricultores(as) Familiares em Transição Agroecológica.

No referido trabalho, e destacado o êxito do CTA-ZM em promover aumento do número de famílias em processo de transição, a ampliação das famílias aos mercados institucionais e locais, aumento da autonomia pessoal, política e econômica, integração dos jovens na construção das experiências Agroecológicas do município e ampliação do acesso a políticas públicas.

Logo, surge por parte de Agricultores(as) e organizações de cidades circunvizinhas o interesse em serem assistidos e acompanhados pelo CTA-ZM e também passarem pelo processo de transição agroecológica.

Outro ponto destacado pela autora são as benesses da integração do CTA-ZM com outras Redes, citando a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e Articulação

Nacional de Agroecologia (ANA), que através de uma constante construção do diálogo fomenta a troca de experiências e informações, tanto operacionais como metodológicas e cursos de formação continuada.

Caporal e Dambrós (2017) coadunam com a ideia de integração de diferentes órgãos e entidades nas iniciativas de uma ATER Agroecológica. Citando as experiências ocorridas no Paraná, destacam o envolvimento de Sindicatos, organizações não governamentais (ONGs) e associações comunitárias nas ações referentes ao processo de transição. A riqueza de conhecimento e percepções que é gerada a partir de outras/novas sugestões e críticas são importantes para a condução dos projetos de ATER, além de produzirem o aumento do sentimento de corresponsabilidade, fazendo com que cada uma das organizações se sentisse parte do processo, contribuindo diretamente com o sucesso ou fracasso das ações.

Um aspecto limitante a ser destacado nos processos de Transição Agroecológica é o fato de que as financiadoras destes serviços de ATER são restritas. Até o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 o maior financiador era o governo federal, após isso o que se observa são editais restritos envolvendo Universidades e outros entes públicos, mas algo ainda longe de recuperar as ações que estavam em curso no governo anterior (CAPORAL E DAMBRÓS, 2017).

Morais (2018) enfatiza da necessidade de um maior investimento e um número maior de técnicos envolvidos na prestação de serviços de ATER, sobretudo em processos de Transição Agroecológica. Corroborando com a visão de Caporal e Dambrós de que esse fator pode ser limitante de fato na execução de uma ATER Agroecológica.

Siliprandi (2002) destaca (baseado nas ações da EMATER-RS) que os(as) profissionais envolvidas no serviço de ATER tem muito contribuir com seu conhecimento, sensibilidade e dedicação na construção do desenvolvimento sustentável desde que consigam entender que é necessário desconstruir o jeito de olhar o rural. É preciso entender que esse, na visão do autor, seja o maior desafio. Existe a necessidade de uma construção de um tecido social mais democrático e equitativo, ao ponto que sejam contempladas as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses partindo das vivências de todos.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE ALIANÇA

### 4.1 ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO

A origem do que hoje é o município de Aliança, se deu no século XIX, através de uma família, que ao construir uma capela de taipa aglutinou certa quantidade de pessoas ao redor dela. Aquele povoamento então passou a se chamar Chã dos Bodes. Em 1862, Frei Caetano, da ordem dos Capuchinhos, faz uma visita a região e é conquistado pelo carisma dos moradores e ao perceber o senso de unidade dos mesmo, sugeriu que o nome então, ao invés de Chã dos Bodes, fosse Aliança. Até então, a região pertencia a comarca de Nazaré da Mata (IBGE, 2020).

A comarca de Nazaré, através da lei municipal nº 5 de 30 de novembro de 1892, reconhece enquanto distrito Aliança, e é elevada à categoria de vila em 1909, pela lei estadual nº 991 de 01 de julho de 1909.

Aliança, através da lei Estadual nº 1931 de 11 de setembro de 1928 ganha a condição de cidade. Outras localidades que estavam ao redor se tornam então distritos de Aliança, Sendo: Aliança (levou o mesmo nome da sede), Lagoa Seca, Nossa Senhora do Ó e posteriormente Lapa.

Com o decorrer dos anos, os distritos mudaram sua nomenclatura através de decretos estaduais, sendo assim Nossa Senhora do Ó passou a ser Tupaóca, Lagoa Seca passou a se chamar Upatininga, Lapa agora se chama Macujê. Essas mudanças ocorreram entre 1939 a 1943. Essas nomenclaturas se tornaram definitivas, porém, as dimensões territoriais de cada distrito só foram definidas em 1 de julho de 1960, e também perduram até os dias de hoje.

### 4.2 CONDIÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Aliança, pertence ao estado brasileiro de Pernambuco e está localizado na mesorregião Mata e na microrregião Mata Setentrional, limitando-se a norte com as cidades de Ferreiros e Itambé, a Sul com Nazaré da Mata, a leste com Condado e a oeste com Timbaúba e Vicência (IBGE, 2020). As delimitações do município ocupam uma área de 265, 3 km<sup>2</sup> e representa 0,27% do estado de Pernambuco.

### 4.3 CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA

De acordo com as projeções do IBGE (2019), Aliança hoje tem por volta de 38.386 habitantes, sendo que a o último censo, de 2010, constatou que o número de habitantes era de 37.415 habitantes. A zona rural tem a maior quantidade de habitantes, sendo ocupada por 54% da população (20.098), enquanto a zona urbana conta com 46% (17.091). O número de homens e mulheres é equiparado matematicamente.

Abastecidos pela distribuição estadual de água somam 5.334 domicílios, os outros 2.865 tem seu abastecimento provenientes de poços artesianos e similares. Apenas 34% (2790) das residências contam com a coleta de lixo, lembrando que a coleta não é seletiva.

### 4.4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No município de Aliança, o cultivo da cana-de-açúcar é a atividade principal e ocorre desde o século XVI. Nos últimos anos, essa atividade vem sendo substituída por outras culturas, entre as quais, banana, graviola, acerola, milho, hortaliças folhosas, raízes e tubérculos. Na pecuária, pode-se destacar a criação de bovinos, suínos e aves. Verifica-se, também, que a ocupação do solo, de modo geral, vem ocorrendo de forma desordenada, sem levar em conta as potencialidades e limitações dos diversos ambientes que existem no município (SOUSA, 2010).

Nessa concepção, procura-se classificar o solo, de acordo com seu potencial, ou seja, considerando-se que lhe sejam oferecidas todas as condições ideais de produtividade, que permitam otimização do processo dos principais sistemas produtivos locais. Com isso se incluem, de forma racional de aplicação, as tecnologias disponíveis para cada ambiente, convergindo para o processo de produção ideal, e a falha em algum deles, pode comprometer todo o sistema de produção.

### 4.5 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE ALIANÇA-PE

Durante o período da pesquisa foram detectados vinte produtores que estavam passando pela transição agroecológica dentro no município. Não existe um padrão de localização entre eles, ou seja, estavam dispersos pelo município, e foram encontrados nas seguintes localidades: Engenho Sirigi, Engenho Belo Horizonte, Engenho Água Branca, Chã do Esconso e Engenho Regalia. O principal canal de comercialização é a Feira Pública de Aliança, que ocorre toda sexta-feira e sábado.

Neste contexto, o fator de localização não se tornou determinante, pois a maioria dos(as) produtores(as) dispõem de carros, seus ou de parceiros(as) para fazer o transporte até o chamado “Pátio da feira”.

O perfil dos produtores e produtoras foi traçado para esta pesquisa, a partir de um questionário (ANEXO I), e a partir de suas declarações foi possível encontrar hipóteses que baseiam a sua tomada de decisão em optar por um modelo agroecológico de produção. Dentre as quais podemos aqui, elencar duas: motivos mercadológicos e também socioambientais. E as duas podem dialogar entre si.

Como visto anteriormente, a Agroecologia tem como base uma ética qualitativa que sobrepõe as razões do mercado, mesmo que as unidades produtivas estejam inseridas em algum tipo de mercado que é acessado por determinado grupo de pessoas com ciência de que existe uma crise ecológica com possibilidade de consumir a produção.

Para fazer o contraponto aos manejos convencionais, quase sempre associado a cana-de-açúcar, centrados num modelo excludente de se fazer agricultura, alguns agricultores de Aliança seguiram num caminho diferente, passaram a outro tipo de agricultura, com um enfoque agroecológico.

Nesse sentido, a Agroecologia surge como uma oportunidade de se fazer diferente, pois boa parte dos envolvidos nessa pesquisa, durante muito tempo de sua vida tiveram no Agronegócio sua principal fonte de renda, sendo trabalhadores assalariados das Usinas de Cana de Açúcar da região ou tendo em suas propriedades uma parte ou completamente arrendada para fornecimento de cana para os atravessadores representantes das usinas.

O relacionamento dos entrevistados com suas respectivas propriedades se assemelha ao que ocorre em toda Zona da Mata Pernambucana que exista a exploração da terra para o plantio da Cana de Açúcar: As terras, após a falência da usina são distribuídas entre as famílias dos trabalhadores (chamados cortadores de cana, “lambaios” ou “peões”) como uma espécie de acordo, tal fato explica o motivo pelo qual o tamanho das propriedades por família seja relativamente pequeno, comparado a outras localidades do Brasil (Jornal da Cana, 2004).

Vale ressaltar que a maior de áreas cultiváveis em Pernambuco ainda pertence as grandes Usinas sucroalcooleiras, cerca de 235,4 mil hectares (CONAB, 2019).

Movidos pelo fracasso das Usinas, algumas localidades de Pernambuco tomaram um outro rumo no que se refere a agricultura. Nos últimos anos, cerca de



120 feiras Agroecológicas foram instaladas pelo Estado, e Aliança, seguindo essa tendência, vê o número de adeptos e interessados aumentar (Canal Rural, 2021).

Com ações movidas pelo SERTA, e também pela Prefeitura Municipal número de 10 Agricultores deram início ao processo de transição a aproximadamente 11 anos.

Atualmente, com um número conhecido de 47 unidades familiares passando pelo processo de Transição, os Agricultores(as) seguem com o apoio do IPA e também da Prefeitura Municipal, através da Secretária de Agricultura. Sobre as particularidades do processo, o trabalho segue na intenção de, a partir da interpretação dos dados, refletir sobre cada uma delas.

## 5 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 ASPECTOS GERAIS – AGRICULTORES(AS) EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Existem aspectos a serem explorados neste trabalho. Segue a Tabela 01 que contém informações referentes a identificação, idade, sexo, escolaridade, tamanho da terra, residentes e ganho mensal.

**Tabela 1: Caracterização dos agricultores/as participantes da pesquisa. Aliança-PE. 2022. Caracterização das famílias envolvidas**

Identificação	Idade	Sexo	Escolaridade	Terra em hectares	Residentes na casa	Ganho mensal (salários mínimos)
<b>Agri 1</b>	55	Feminino	1º Grau incompleto	5	3	1,5
<b>Agri 2</b>	22	Feminino	2º Grau completo	5	4	2
<b>Agri 3</b>	57	Feminino	1º Grau incompleto	5	2	2
<b>Agri 4</b>	47	Masculino	1º Grau incompleto	2	4	3
<b>Agri 5</b>	62	Masculino	Analfabeto	2	3	2
<b>Agri 6</b>	25	Masculino	2º Grau incompleto	1	2	1
<b>Agri 7</b>	61	Feminino	Ensino Superior completo	2,5	1	1
<b>Agri 8</b>	59	Masculino	1º Grau completo	8	3	3
<b>Agri 9</b>	25	Feminino	1º Grau incompleto	2	2	1
<b>Agri 10</b>	27	Feminino	1º Grau incompleto	1	3	1
<b>Agri 11</b>	59	Feminino	2º Grau incompleto	2	4	2
<b>Agri 12</b>	34	Masculino	2º Grau incompleto	3	5	2
<b>Agri 13</b>	30	Feminino	1º Grau incompleto	2	3	2
<b>Agri 14</b>	29	Masculino	2º Grau incompleto	2	2	2
<b>Agri 15</b>	29	Feminino	2º Grau incompleto	3	2	1
<b>Agri 16</b>	31	Feminino	1º Grau incompleto	4	3	1,5
<b>Agri 17</b>	40	Feminino	1º Grau incompleto	5	4	1,5
<b>Agri 18</b>	38	Feminino	2º Grau Incompleto	2	4	2
<b>Agri 19</b>	21	Feminino	1º Grau incompleto	3	2	1,5
<b>Agri 20</b>	67	Masculino	2º Grau incompleto	1	5	2

Ao todo, 20 agricultores(as), foram envolvidas na pesquisa. A maioria dos participantes é do sexo feminino, totalizando 13 pessoas, os demais são do sexo masculino e a média de idade entre os entrevistados é 40,9 anos. A amostra é composta por pessoas 9 pessoas que não chegaram a concluir o primeiro grau, 1 com o primeiro grau completo, 1 com o segundo grau completo, com o segundo grau incompleto totalizam 7, 1 analfabeto e 1 que concluiu o ensino superior. A área média em hectares é de 3,02 por participante, que recebem mensalmente, em média 1,8 salários mínimos. O número de moradores de cada unidade familiar variou, em média, existem 3 residentes por casa.

Quanto à sua identidade social, os entrevistados se identificam como lavradores. Todos declaram estar vinculados à associações de moradores locais, porém nem todos estão devidamente sindicalizados, dos entrevistados apenas 10 têm seus nomes listados no único sindicato voltado para o público rural presente na cidade. Até o presente momento, nenhuma cooperativa voltada à agricultura familiar atua na região.

Em cada localidade existe uma Associação de Moradores, e todos os envolvidos nessa pesquisa são filiados à respectiva representante de sua comunidade. Tais associações não se limitam somente a assuntos relacionados à produção agrícola, abordam também, em suas reuniões, outros assuntos.

Todos têm vínculo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as entrevistadas que residem em Siriji em um total de três, compõem o Coletivo Mulheres da Roça, que passam também pelo processo de transição Agroecológico e se apoiam mutuamente em sua comunidade e comercializam seus produtos juntas, recebendo também apoio da Prefeitura Municipal.

## 5.2 SOBRE AS PROPRIEDADES

Todos os entrevistados, com exceção de duas famílias residentes no Engenho Belo Horizonte, declaram-se proprietários, pois receberam as terras como uma espécie de indenização pelo fechamento da Usina Aliança; os moradores do referido Engenho declaram-se assentados sem titulação definida.

*Já tivemos problemas aqui, veio um ônibus cheio de “polícia” nos tirar. Assim que chegaram, eu disse que só ia sair com a presença dos*

*direitos humanos e um assistente social, acho que algum “grandão” viu que nós não era bobo e foram embora. (AGRI 12)*

Nenhum produtor dispõe de mais que 8 hectares de terra, e para transição é sempre destinada uma área não maior que 6 hectares. A produção agrícola divide espaço com a pecuária em quase todos os casos, somente AGRI 20 não tem criação de animais no momento, muito embora há pouco tempo se desfez de uma pequena criação de aves. O tamanho da terra foi o principal motivo para essa tomada de decisão, segundo ele.

Em suma, as culturas plantadas são raízes tuberosas, hortaliças folhosas, grãos, gramíneas e frutíferas. E todas essas são produzidas de forma agroecológica. Apesar de pouca disponibilidade de terra, seguem o princípio da variabilidade. Os que têm uma disponibilidade maior de terra, também usam a terra para a criação extensiva de gado, como é o caso do AGRI 8:

*Eu tenho 5 cabeças de gado, preciso de uma renda a mais e desde cedo aprendi a lidar com gado [...] a gente aqui tenta criar sem deixar comer essas “ração” que tem veneno, não dou olho de cana. E deixo uma área pequena pra ter capim aqui sempre. (AGRI 8)*

Todos declaram que a renda varia significativamente mês após mês, o informado para esta pesquisa foi uma média. Os que possuem idade para se aposentar não tiveram problemas em conseguir tal direito, mas a maior parte de suas rendas ainda é proveniente da agricultura. No momento da pesquisa não haviam gestantes e acidentados(as). No caso da criança com necessidades especiais, a mesma recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Sobre a contratação de mão de obra externa, todos os agricultores(as) que possuem mais de 3 hectares contratam periodicamente mão de obra externa temporário.

Existem momentos do ano em que é contratada mão de obra mão de obra externa. A necessidade se dá principalmente pelos agricultores que possuem mais do que 3 hectares de terra e contam com um número reduzido de pessoas residindo na propriedade, dessa forma torna-se necessário o apoio sazonal.

### 5.3 SOBRE A ATER

Os serviços oficiais de ATER em Pernambuco são realizadas pelo IPA. Atualmente em Aliança apenas um técnico presta serviço a um total de 358

agricultores. Em Aliança temos o envolvimento da Secretária de Agricultura nos serviços de ATER de forma bastante ativa, o que acaba se tornando um diferencial na Região.

Sobre os serviços de acompanhamento, todos declararam conhecer tanto o técnico do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA) como o Engenheiro Agrônomo que atua junto à Prefeitura Municipal, entretanto existem relatos diferentes sobre a constância das visitas.

Dos Agricultores envolvidos nesta pesquisa, apenas 4 alegam receber visitas periódicas do técnico do IPA e do técnico da Prefeitura. Os demais, totalizando 16, observam que o mais frequente é o técnico da Prefeitura.

A AGRI 1, que está arrolada na lista dos que recebem acompanhamentos dos dois representantes, reconhece a limitação do IPA em atender toda a demanda da região e também sua limitação em orientar agricultores que passam pelo processo da transição:

*O IPA tem suas dificuldades, o rapaz distribui sementes quando dá e tenta fazer o melhor possível. Sobre nosso jeito de fazer as coisas ele prefere nem se meter, fica olhando e balançando a cabeça. (AGRI 1)*

É possível perceber que existem agricultores que, apesar da gratidão pelo apoio que recebem da Prefeitura Municipal, têm ressentimentos quando se referem ao IPA.

*Não sei, acho que podia pelo menos dar uma satisfação. Às vezes, passa aqui, vê a gente na terra, até cumprimenta, mas quando, por exemplo vou pedir a DAP (declaração de aptidão ao Pronaf) parece que tô pedindo coisa absurda, é tanta burocracia que é melhor deixar pra lá... Fora outras questões, eu acho que devia ser mais perto da gente, pelo menos mais um pouco. (AGRI 16)*

Sobre os esforços iniciais para a transição, os agricultores descrevem que receberam das entidades de ATER, sobretudo da CPT incentivo através do acompanhamento, mas a sequência vem sendo acompanhada pela Prefeitura Municipal.

*Aqui, quando começamos, foi muito difícil, mas Graças a Deus estamos chegando lá, talvez ainda falta muito, mas já demos um passo, então já não estamos mais no mesmo lugar. (AGRI 1)*

Os passos seguintes em relação à transição foram incentivados, sobretudo, pela Secretaria de Agricultura, através do agrônomo promovendo algumas reuniões entre os agricultores em suas associações e visitas *in loco*.

*Todo início é difícil, mas a gente vai tentando e é depois que teremos o resultado do que estamos fazendo hoje. Algumas pessoas brincam, até “mangam” da gente quando chegamos na feira, eles falam isso achando que é impossível fazer alguma coisa sem veneno (AGRI 19)*

Alguns agricultores (AGRI 8, AGRI 12 e AGRI 20) dizem se lembrar de algumas iniciativas do IPA há alguns anos atrás em realizar dias de campo em determinada localidade da cidade.

*Nunca mais teve, acho que até por conta da pandemia, mas fizeram aqui um tempo desse um dia de campo, trouxeram umas sementes lá de Garanhuns (cidade no agreste pernambucano) que diziam que era original mesmo. Foi muito bom, é importante ter essas coisas, vamos esperar todo mundo tomar vacina pra voltar a ter dias assim. (AGRI 20)*

Sobre os problemas de ordem fitossanitária ou comerciais durante a transição, elencamos, de acordo com o relato dos envolvidos, os principais problemas apresentados durante o processo (TABELA 2).

**Tabela 2**

<b>Identificação</b>	<b>SITUAÇÕES ADVERSAS ENCONTRADAS DURANTE A TRANSIÇÃO</b>
Agri 1	Solo degradado, pragas e doenças, concorrência desleal;
Agri 2	Utilização Intensiva de agrotóxicos, baixa diversificação na produção;
Agri 3	Pragas e doenças, concorrência desleal, baixa fertilidade do solo;
Agri 4	Concorrência desleal;
Agri 5	Impactos Ambientais e concorrência desleal;
Agri 6	Degradação do solo, pragas e doença, concorrência desleal;
Agri 7	Concorrência desleal e pragas e doenças;
Agri 8	Pragas e doenças, degradação do solo, concorrência desleal;
Agri 9	Solo degradado, pragas e doenças, concorrência desleal;
Agri 10	Problemas de ordem ambiental por conta do cultivo de cana de açúcar;
Agri 11	Solo degradado, pragas e doenças, concorrência desleal;
Agri 12	Fertilidade do solo, pragas e doenças, tempo de retorno financeiro;
Agri 13	Baixa Fertilidade do solo, pragas e doenças;
Agri 14	Pragas e doenças, degradação do solo, concorrência desleal;
Agri 15	Fertilidade do solo, pragas e doenças, tempo de retorno financeiro;

Agri 16	Impactos Ambientais e concorrência desleal;
Agri 17	Utilização Intensiva de agrotóxicos, baixa diversificação na produção;
Agri 18	Degradação do solo, pragas e doença, concorrência desleal
Agri 19	Pragas e doenças, degradação do solo, concorrência desleal;
Agri 20	Problemas de ordem ambiental por conta do cultivo de cana de açúcar;

Chama atenção durante os diálogos termos que vão se referir a uma concorrência desleal:

*O que é investido aqui, acima de tudo é tempo. Produzir aqui e assim requer tempo. A gente corre atrás e nosso preço não é tão diferente assim não, as vezes é a mesma coisa. Mas como eles usam veneno, as vezes tem “de muito” (em excesso) aí eles fazem o que? “Queimam” (vendem por um valor irrisório para não retornarem com nenhum produto para casa) o preço, sem pensar duas vezes, “queimam” na hora e tem gente que compra achando é da gente. (AGRI 1)*

Tal aspecto é observado por Darolt (2001) quando traz a discussão quanto à injustiça entre o preço dos produtos convencionais em detrimento dos Agroecológicos, pois o primeiro não leva em conta os custos ambientais na formação de preços, enquanto que a agricultura de base ecológica consegue interiorizar esse preço. Além disso, a agricultura com base em insumos químicos sintéticos ainda guia o sistema agrícola, obrigando uma adaptação da agricultura sustentável. Outro ponto a ser observado dentro do bojo da concorrência desleal é o fato de que as usinas ainda possuem parte majoritária das terras em volta das propriedades dos produtores e produtoras que passam pelo processo de transição, sendo assim, a deriva do vento constantemente traz resíduos de agroquímicos para dentro do ciclo produtivo.

*Fica tranquilo que não faz nada, vamos aplicar só na cana e não vai ofender o seu limão. Disseram. Olha lá as folhas do limão como estão, tudo queimada. Queimou tudo! Então não adianta falar que não faz mal, por que faz sim. Fiz umas barreiras aqui em volta como o menino da secretaria sugeriu, e estamos tentando vencer. (AGRI 6)*

Foi abordada durante as conversas roteirizadas a questão do acesso a outras políticas além da Pnater. Os agricultores(as) fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que segundo eles representa boa parte de sua renda, e sem a ajuda, sobretudo do Profissional da Prefeitura talvez não tivessem acesso à informação e aos trâmites necessários para fornecer o alimento às escolas do município:

*É muito importante pra gente. O preço é bom e dá pra apurar bem por que é um dinheiro certo. A gente corre aqui atrás disso porque estamos vendo vantagem pra gente. (AGRI 1)*

O que é evidenciado nas respostas dos envolvidos nessa pesquisa está em consonância com o que é abordado por Doria (2020), que em seu trabalho reflete a preocupação dos agricultores em contribuir com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população como um todo, através de ferramentas como o PNAE, pois o mesmo garante a inserção do agricultor e agricultora como agentes, que além de garantir a SAN, também atuam diretamente na preservação dos recursos naturais, o que influi também em sua casa.

Todos agricultores(as) de base ecológica que estiveram envolvidos nessa pesquisa reconhecem e destacam a importância dos serviços de ATER prestados a eles durante o período de sua transição, principalmente no que se refere a canais de comercialização.

*Tudo foi importante. Eles não sabem como uma visita aqui deixava a gente mais confiante, principalmente eu que entrei nessa mais por conta da mulher. Mas toda vez que vinham o pessoal eu ficava mais tranquilo. Trouxeram uns papéis, mandaram até vídeo pra gente de coisa que deram certo. Tudo foi importante. (AGRI 14)*

Um dos canais mais importantes de escoamento da produção, se não o mais importante é a feira municipal, que tem papel fundamental na economia do município. Os Agricultores de Base ecológica têm a oportunidade de comercializarem seus produtos tanto na sede do município quanto em um dos bairros mais populosos, que é Caueiras. O coletivo Mulheres da Roça também tem seu espaço garantido nas Feiras da Agricultura Familiar organizadas pela Prefeitura e também em outros espaços, inclusive na capital, onde ocorrem feiras exclusivamente agroecológicas, tudo isso com apoio, logístico inclusive, da Prefeitura Municipal.

*Além de tudo eles ficam até o fim, já teve dia da gente ir embora e eles ficarem organizando. Enquanto a isso eu não posso nem reclamar, eles não muito bons. Eles ajudam mesmo. (AGRI 2)*

Logicamente existem queixas e recomendações quanto ao acompanhamento que recebem. Um deles é em relação ao que é apresentado como possibilidade. Os(as) Agricultores(as) não conseguem compreender, por vezes, qual a necessidade de certas tomadas de decisão. Ao que parece a linguagem e as opções apresentadas



não ficaram totalmente elucidadas, o que gera algum desconforto por parte de alguns dos envolvidos na pesquisa.

*Tem coisa que eu mesmo não entendo. Por exemplo, teve uma vez que vieram aqui e disseram que eu tinha que criar mais animais pra poder me livrar de ter que comprar adubo, eu só ouvi. Mas me diz: como cria animal sem água? Por que a que tem aqui é pouca. Nem perguntaram se eu queria ou tinha condições. (AGRI 14)*

Neste caso em específico o agricultor se refere a uma ação do IPA em sua comunidade. Durante esse período o recurso oriundo do PRONAF era operacionalizado pelo órgão de extensão oficial de casa Estado, logo os pacotes tecnológicos vinham pré-montados.

Sem dúvida o que podemos neste trabalho considerar como avanço está intrinsecamente relacionado às iniciativas das duas prestadoras dos serviços de ATER no município. Logicamente, existem pontos a serem abordados, e o serão no trabalho que segue.

#### 5.4 SOBRE CRÉDITO E INCENTIVOS

Boa parte dos entrevistados acessou algum tipo de financiamento, entretanto, nenhum deles foi direcionado exclusivamente para a transição Agroecológica.

Para a realização da transição, nenhum dos entrevistados recebeu algum tipo de crédito ou auxílio financeiro. O recurso oriundo do PRONAF que receberam foi utilizado para a criação de animais. Tal recurso é disponibilizado através do Banco do Nordeste (BNB), que até dispõe de uma linha de crédito exclusiva para agroecologia, que é chamado justamente de PRONAF Agroecologia (BNB, 2022).

Entretanto, tal crédito não foi acessado até o final dessa pesquisa, e o motivo principal seria a burocracia, dessa forma os entrevistados alegam que preferem, ou preferiram (alguns já não acessam mais) uma linha de crédito diferente, ofertando também pelo BNB, chamado de PRONAF B, utilizado pelos produtores e produtoras inseridos nessa pesquisa para a aquisição de animais, seja gado, suínos ou aves.

#### 5.5 PRODUÇÃO, TRANSIÇÃO, OBSTÁCULOS E MOTIVAÇÃO

As conversas possibilitaram a percepção de que, na verdade, existe mais de um motivo que os encorajaram a partir para um modelo de agroecologia, pautado em práticas menos nocivas ao meio ambiente, preservando assim os recursos naturais existentes.

É notório, pela fala, que a maior motivação para adoção de um modelo de transição seja a fuga de um modelo baseado em uma produção sem a consciência de futuro, tal qual é a exploração da cultura da cana de açúcar, que, atualmente, vêm deixando como herança solos desérticos, contaminados e improdutivos por toda extensão da Mata Pernambucana (ECODEBATE, 2008).

A percepção maior para essa questão se dá por parte dos envolvidos nessa pesquisa com maior idade, que possuem mais sensibilidade em relação aos efeitos gerados por esse tipo de produção, um modelo intimamente relacionado à Revolução Verde no rural brasileiro.

*Me lembro da minha infância, o que se plantava dava, não tinha essa. As coisas pareciam ser mais fáceis, mas cada qual foi saindo daqui. Nossa terra foi ficando vazia: de gente e de plantação, hoje ainda é só cana. Ninguém acorda. (AGRI 20)*

Em um dos casos, sendo uma professora aposentada, a agora também agricultora afirma que vir morar no campo foi uma escolha na tentativa de viver com mais qualidade, e conhecendo algumas iniciativas optou pelo modelo agroecológico.

*Comer bem é a verdadeira qualidade de vida. Comer coisas diferentes, sem veneno. Se colocar um muro em volta da gente aqui, o povo morre de diabetes (risos). (AGRI 7)*

Além dessas motivações, houve agricultores(as) que afirmaram que entre os motivos que levaram a uma tomada de decisão pela transição também pesou o fato do valor agregado nos produtos. Esses motivos foram explicitados por dois dos entrevistados, AGRI 14 e AGRI 15.

*Por enquanto não, né? Pois “tamo” começando agora, mas pensamos sim um dia viver do que a gente plantar aqui, podemos tirar o nosso tranquilo. Quando vender pra lugar mais longe é só dizer que não tem veneno que dá pra fazer 1,2 até 3 reais mais caro (AGRI 15)*

Em dados momentos, durante os diálogos foi explicitada a satisfação em não estar agredindo o meio ambiente e também se livrarem do custo excessivo dos insumos agroquímicos. Muito embora reconheçam que um dos maiores entraves hoje para a transição se enquadra a erradicação de pragas e doenças que serão presentes até que o sistema esteja em equilíbrio, mesmo assim há o reconhecimento entre eles (todos) de que os manejos indicados pelos extensionistas contribuem como uma alternativa válida para a minimização de perdas.

Com exceção da professora, em totalidade, todas e todos já possuíam algum vínculo com a terra, alguns até trabalharam como cortadores de cana de usinas que atuam na região. É unanimidade, também, as intenções sobre qual o objetivo de cada um em relação ao processo de transição, em suma: atingir independência total de agroquímicos, soberania alimentar e melhorar as condições de comercialização dos produtos.

*Quer viver daqui. Se eu puder ir no mercado só buscar realmente o que não tenho aqui, vai ser uma benção. Espero viver pra ver. (AGRI 7)*

*Antigamente, quando era aniversários dos meninos, a gente achava que estava fazendo vantagem quando fazia um macarrão no almoço, vê que pensamento. Come bem todos os dias: macaxeira, cuscuz, inhame, suco da fruta... aí no dia de completar ano macarrão com sardinha. Nunca mais. (AGRI 11)*

É importante ressaltar de que em fala, todos agricultores concordaram que a cana de açúcar e seu monocultivo foi e tem sido o principal fator responsável pelos problemas causados a agricultura da região. Alguns entrevistados tiveram contato direto com pelo menos uma parte do processo de produção da cana, sendo cortador ou até mesmo produtor.

As condições da mão de obra, o assédio por parte dos produtores convencionais sobre terras produtivas, o desmatamento e a queimada da cana, uso de insumos químicos, variabilidade genética das cultivares demonstram exemplos da presença da Revolução Verde em Aliança.

A tendência é que o número de agricultores envolvidos em processos de transição para um modelo de agricultura sustentável aumente nos próximos anos. Essa tendência deve-se ao desgaste natural que o próprio sistema convencional passa e também aos incentivos vindos da prefeitura, que periodicamente organiza eventos voltados à temática e estimula a produção orgânica no município.

Gliessman (2001) já indicava a tendência dos produtores agrícolas a se inclinarem às inovações e novos experimentos quando motivados pela chance de ganhar algum benefício adicional. Sendo assim, é coerente a justificativa dos produtores(as) na tomada de decisão de inserir em seu contexto produtivo práticas agroecológicas. Nesse caso, podemos citar como um dos motivos o fato do Programa Nacional de Alimentação Escolar adquirir produtos alimentícios dos(as) agricultores(as) orgânicos com o valor de até 30% acima dos convencionais.

*Comer melhor, viver melhor e ter um pouquinho a mais. Isso motiva a gente, ter um produto diferenciado e ainda por cima ter um lucro, é bom demais. Vi que pagava melhor (PNAE) quando vendia pra eles, tava ali a oportunidade de melhorar minha renda. (AGRI 8)*

É importante ressaltar a atuação das associações de produtores instaladas em cada comunidade em que residem os entrevistados, que por vezes em condições precárias, ainda assim cumpre o papel de conectar as informações e as pessoas que ali residem, servindo como uma forma de unificar as vozes e amplifica-las para chegar aos ouvidos de quem pode, no âmbito político, fazer algo pelas mulheres e homens que ali moram.

Algumas iniciativas concernentes a tratos culturais foram adotadas ao longo do tempo: diferentes arranjos espaciais, utilizando-se de mais de um espécie, que podemos, segundo Altieri (2009) denominar de Cultivos de Cobertura, afim de minar os pontos de erosão do solo com o plantio de leguminosas, que segundo Hayner (1980) também tem como finalidade a criação de um microclima favorável ao desenvolvimento da espécie cultivada, melhorar a qualidade do solo no tocante a sua fertilidade, controle de pragas e extrato herbáceo; Pousio, deixando a terra durante alguns períodos em repouso afim de obter um solo fértil; Biofertilizantes; Compostagem; Adubação Verde; Captação de água da chuva etc.

Logicamente, as práticas são executadas de acordo com a disponibilidade de cada produtor ou produtora. Não existe, nesse caso, um padrão que se segue e provavelmente outras práticas que estão na rotina não foram citadas. Tudo varia de propriedade para propriedade.

## 5.6 CONCEPÇÕES SOBRE COMERCIALIZAÇÃO, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO, CONCENTRAÇÃO DE TERRA E ÊXODO RURAL

Com exceção das entrevistadas (AGRI 1 e AGRI 2) que pertencem ao coletivo Mulheres da Roça, que comercializam seus produtos em feiras e eventos em outros municípios, os demais estão inseridos no circuito de comercialização dentro do próprio município, sendo três as principais vias: Feria Livre, PNAE e eventos pontuais realizados por secretarias da cidade (eventos ligados ao empreendedorismo, educação, lazer, esportes e etc.) e são convidados a exporem e venderem seus produtos.

Vale ressaltar que a feira para produtos Agroecológicos e Convencionais é a mesma, o espaço destinado a cada segmento é diferente, mas o evento é o mesmo.

Boa parte dos consumidores, segundo os entrevistados, tem consciência dessa distinção e se dirigem ao local onde suas “bancas” (balcão onde ficam expostos os produtos) estão.

*A gente aprende sempre. Fizemos uma logo para nosso coletivo e tivemos umas dicas pra vender bem. Sempre tem algo pra melhorar e a gente tá correndo atrás. (AGRI 1)*

As feiras ocorrem aos sábados, na sede do município, durante todo o dia, e no domingo no bairro de Caueiras, pela manhã.

A feira garante uma renda semanal, isso os torna independentes em relação ao atravessador, que é um intermediário muito comum entre os produtores convencionais. Um acordo interessante percebido, é de que os produtores agroecológicos e convencionais vendem seus produtos praticamente pelo mesmo valor.

*A gente vende pelo mesmo preço, por que a maioria das pessoas quer o mais barato, sabe? Não entendem que isso afeta sua saúde. Eles olham e vão em direção ao mais barato. Muita gente já entende que isso não quer dizer nada, por que é saúde. Nós investimos principalmente tempo. (AGRI 2)*

Até o dia da pesquisa não existiam cooperativas agroecológicas em Aliança. Sobre os motivos pelos quais os produtores se associam (todos eram associados a alguma associação) apenas dois se manifestaram, e segundo eles, são os benefícios em relação à infraestrutura (sede, carro, entre outras) e facilidade em obter informações importantes, como por exemplo acesso às políticas públicas.

As associações são compostas em sua maior parte por mulheres, segundo relato de todos eles. Quem tem deixado a zona rural com mais frequência são os jovens e idosos, e a busca por condições de vida melhores são a principal causa. Quando isso acontece, as propriedades são vendidas ou arrendadas para a produção de cana de açúcar, fenômeno que tem contribuído para a concentração de terras.

## 6 PROFISSIONAIS DE ATER OFICIAL E NÃO OFICIAL

Tabela 3: Aspectos gerais

Identificação	Idade	Sexo	Escolaridade	Terra em hectares	Residentes na casa	Ganho mensal/salários mínimos
TÉCNICO 1	55	Masc.	Técnico	Mora em zona urbana	3	2
TÉCNICO 2	28	Masc.	Superior	Mora em zona urbana	1	2

Foram entrevistados dois profissionais que estão ligados aos serviços de ATER na cidade. O representante do IPA e o representante da Prefeitura municipal. Ambos têm formação ligada às Ciências Agrárias e residem em zona urbana, muito embora tenham vontade, em algum momento de sua vida, de residirem em zona rural.

Quando questionados sobre a importância da prática de uma agricultura de base ecológica, afirmam que julga mais do que importante e necessária.

O TÉCNICO 2 relata que em sua atuação, prioriza e orienta os agricultores(a) a tenderem a práticas sustentáveis, visando despertar o interesse na transição agroecológica. Segundo ele, seu trabalho é dividido em momentos em campo e resolvendo questões burocráticas dentro da Secretaria, e por conta do escasso tempo e alta demanda de atividades, na maioria das vezes realiza atividades de forma grupal, para que dessa forma possa atender o maior número de agricultores/as. Atualmente, em uma estimativa pessoal, enquanto técnico ele atende mensalmente entre 80 e 120 famílias, porém, julga como ideal se o atendimento fosse de 50 a 80 famílias para que seu trabalho fosse mais efetivo. Acredita se envolver de forma boa com os movimentos sociais. Esforça-se, participa, mas conhece pouco da luta.

Vale destacar a formação de convênios nos últimos anos, nos quais foram viabilizadas a aproximação com a Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE) e com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), através de projetos relacionados à segurança alimentar, manejo de pragas e reaproximação de alunos oriundos de zona rural com cursos técnicos com vocação agrícola.

O TÉCNICO 1 reconhece que o tempo despendido a questões agroecológicas é insuficiente. Ressalta que dificuldade se revela na escassez de técnicos disponíveis pois o universo de agricultores é muito maior do que ele tem tempo hábil para atender. Na medida do possível está presente e orienta conforme pode e sabe. Salaria que seu maior envolvimento é na distribuição de sementes e emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) no município, e tem consciência de que se envolve muito pouco nos processos de transição agroecológica locais.

Para estimular a inserção e participação dos agricultores na transição o técnico 1 alega distribuir literaturas fornecidas pelo Governo do Estado, contento informações sobre problemas fitossanitários, vacinação de animais e etc, e também sementes. O TÉCNICO 2 revela não dispor de cartilhas e/ou qualquer tipo de material escrito, o que distribui solicita ao TÉCNICO 1. Suas ações para o encorajamento se resumem justamente a sua atuação em campo, organizando eventos e dias de campo.

Como resultado de tais esforços, percebe-se o número de agricultores que optaram por fazer a transição na forma de produzir, e o número que vem demonstrando interesse em conhecer o processo de produção agroecológico.

*É um trabalho de formiguinha. A gente tenta daqui, tenta de lá. Sempre aparece alguém perguntando, querendo saber sobre o porque daquele grupo ter um lugar diferente nos eventos, o por que eles parecem ser mais organizados que os demais. É gratificante pra gente ver isso. (TECNICO 2)*

Percebe-se que existe uma sensação de pertencimento entre os agricultores que estão passando pela transição, segundo os técnicos. Ambos concordam que os agricultores que estão passando pela transição agroecológica estão sempre atentos às informações que possam agregar em sua vida de alguma forma.

*Infelizmente não estão sempre por perto. Mas, quando chega alguém aqui, pelo jeito de falar, eu sei como e onde produz, cinco minutos de conversa e a gente já “mata” a charada. Geralmente eles sabem mais sobre as políticas, sobre crédito, sobre comercialização, sobre tudo, praticamente sobre tudo. (TÉCNICO 1)*

O TÉCNICO 2, por ter mais proximidade com os produtores, percebe que os momentos junto a eles e elas são mais produtivos quando eles falam mais, pois tem isso como um sinal de que estão aceitando as sugestões; através da interação ele consegue aferir o grau de aceitação. Dessa forma, julga como saudável a relação estabelecida entre ele e os agricultores.

*A gente traça junto alguns planejamentos e eu sei que eles compraram a ideia quando em algum momento que a gente se encontra eles só falam daquele assunto. Secam todas as possibilidades, mas de repente a gente chega a outro ponto que vai puxando outras questões e assim a gente vai. (TÉCNICO 2)*

Sobre valorizar o trabalho de quem passa pelo processo de transição, percebe-se a integração dos agricultores em feiras e eventos organizados pelo município. E isso é relatado pelos próprios trabalhadores rurais, no momento em que citam com certo orgulho os lugares onde já tiverem a oportunidade de expor e vender seus produtos, sobretudo as Mulheres da Roça.

*É difícil acontecer algum evento aqui cidade e não ter ao menos umas 10 bancas de feira e são sempre eles. Isso é bom, estimula e valoriza quem é da terra. Dou todo apoio no sentido de incentivar e ir comprar alguma coisa deles. (TÉCNICO 1)*

A respeito de trabalhos diferenciados para cada componente da família, os técnicos orientam cada um a realizar, dentro do processo produtivo, aquilo que tem mais afinidade em fazer. Existem agricultores por exemplo, que com as frutíferas que produzem em sua propriedade fazem doces e compotas, logo, esse trabalho, culturalmente, é realizado em sua maioria pelas mulheres. O Instagram do coletivo Mulheres da Roça é administrado, por exemplo, pelas mulheres que tem mais afinidade com as redes sociais e também seus filhos, que ajudam na divulgação e produção de postagens para alimentar o perfil.

O processo de transição é acompanhado pelos técnicos, sendo que um acaba tendo mais constância que o outro. O TÉCNICO 1 revela não estar tão perto quanto gostaria, mas sempre que pode e está pelas comunidades comparece. Alguns agricultores estão em área de assentamento, dessa forma sua atuação torna-se limitada, pois não pode emitir a DAP para esse público.

*Antigamente, assim que passei no concurso trabalhei em outros escritórios e era aquele monte de gente, doida pra fazer alguma coisa. Aí sim, tempo e gente pra trabalhar tinha. Hoje em dia eu não posso nem sair daqui direito. (TÉCNICO 1)*

O TÉCNICO 2 está mais envolvido com o processo, acredita que pode fazer mais, mas está satisfeito com os avanços até então.

*Estamos sempre envolvidos em algo. É bom estar com eles em campo e não só, por que acabo ajudando a trazer as coisas pra feira, fico até*



*terminar as vezes e ajudo a desmontar as coisas. É gratificante.  
(TÉCNICO 2)*

Dentre os avanços encontrados no processo de transição agroecológica no município de Aliança, os técnicos destacam o aumento da qualidade de vida dos agricultores, o número crescente de agricultores querendo passar pela transição. Como pontos de dificuldades é mencionado o desejo por vezes imediatista de alguns agricultores de querer ver resultados e um retorno econômico imediato.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de transição dos sistemas de produção convencionais para um sistema agroecológico, buscando a compreensão de como vem acontecendo esse processo, levantando questões como a importância dos serviços de ATER, as motivações iniciais para a transição, as dificuldades e os avanços encontrados nesse processo.

A Agroecologia firma-se, no Brasil, como uma Política de Extensão Rural voltada ao fortalecimento da Agricultura Familiar após a criação da PNATER. A partir de então, o Estado passou a ter o papel de reforçar a consolidação da Agricultura Familiar enquanto segmento, e pena medida em que faz isso deve se desvencilhar de modelos baseados na revolução verde.

Pires (2005) afirma que no momento em que se integra Agricultura Familiar e Agroecologia a Extensão Rural Introduce novos elementos, que são capazes de promover o desenvolvimento de populações rurais menos favorecidas. Corroborando com esta ideia, Callou (2007) propõe um novo significado na forma de se fazer e viver a Agricultura.

A agroecologia surge em contraposição a modelos excludentes de agricultura, a partir dos problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais causados pela Revolução Verde.

Tendo esse embasamento teórico e tomando como referência a realidade dos agricultores familiares do município de Aliança, retomamos e realçamos os pontos a seguir:

### **Motivações para a transição:**

Os principais motivos estão intrinsecamente ligados aos efeitos da Revolução Verde no meio rural brasileiro. Esses efeitos motivaram os agricultores a adotarem um novo modelo de Agricultura, levando em consideração as bases ecológicas, preservando os recursos naturais e gerando renda.

Apesar da percepção, através da fala, de que existe uma preocupação que gira em torno do caráter predatório e excludente da agricultura convencional, é possível perceber que existe também um movimento em relação a procura por saúde e bem estar das famílias envolvidas.

É necessário observar a necessidade de soluções específicas para cada região e propriedade, considerando a relevância e particularidade de cada agroecossistema e agricultor, levando em conta: tamanho da propriedade, cultivares, número de pessoas na família, capacidade de investimento e quanto cada integrante é capitalizado.

Dessa forma será necessário do serviço de ATER uma especialização pautada nas bases teóricas e metodológicas da Agroecologia. O apoio interno e externo torna-se fundamental para que o processo de transição caminhe e seja uma alternativa para o município de Aliança no fortalecimento da Agricultura Familiar.

Podendo ser citado aqui, a atuação de cooperativas e associações neste processo. Corroborando com Silva (2019) o associativismo em Aliança, tal como foi em sua pesquisa traz consigo as benesses da transformação, obtenção de fonte de renda com as facilidades obtidas na comercialização de seus produtos, criação de uma rede de conhecimento e conhecidos, o acesso a políticas públicas, autonomia, autoestima e a formação de uma identidade de grupo, sobretudo na vida das mulheres.

E o fato das associações das localidades contarem com uma participação majoritária de mulheres, consta como uma exceção, tendo em vista que Miranda (2017) destaca a pouca interação de mulheres nos agrupamentos e movimentos sociais rurais, principalmente em cargos de liderança. Aqui podemos ver e conhecer mulheres líderes de associações. Isso nos leva a refletir e abre margem para outros apontamentos que certamente seriam um fecho de luz em torno da temática sobre o que leva as mulheres de Aliança a terem uma efetiva participação em associações, sindicatos e movimentos sociais em geral.

#### **Dificuldades do processo de transição:**

Problemas relacionadas a pragas e doenças são relatados pelos participantes dessa pesquisa. Muito embora haja um reconhecimento de que as alternativas tem sido eficazes na diminuição da incidência, este ainda é um entrave no processo.

Podemos citar também a falta de crédito, a concorrência desleal e o uso indiscriminado de agrotóxicos por parte dos vizinhos como entraves no processo de transição agroecológica.

Pode ser elencada como dificuldade também o fato de que a demanda pelos serviços de ATER no município é maior que a oferta.

O acesso ao crédito também é citado como uma das maiores dificuldades pelas famílias. Até a finalização dessa pesquisa nenhum dos envolvidos acessou algum valor para ser aplicado integralmente na transição.

Isso se deve a alguns fatores, podendo ser lembrado a burocracia para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), tendo em vista que tanto o IPA quanto o Sindicato solicitam alguns documentos comprovando a relação com a terra, e nem sempre os produtores(as) dispõem desses. Para o acesso ao crédito, principalmente via Banco do Nordeste (que é o Banco mais atuante na região) a DAP é pré-requisito obrigatório.

Quem consegue acessar, prefere aplicar na criação de bovinos. Mesmo que depois o investimento volte para a produção agrícola, através do estrumo produzido pelos animais.

Ainda relacionado aos imbrólios é destacado o fato da inconstância no acompanhamento de quem está em transição. Durante as entrevistas foi possível perceber um nível de saudosismo em relação a nomes que já os acompanharam anteriormente, tais como profissionais do SERTA e da CPT. Em relação ao IPA, a muito tempo encontra-se com suas limitações muito evidentes e a Prefeitura, agora faz um acompanhamento mais de perto, entretanto não se sabe se daqui a 2 anos, quando se findar o mandato atual, serão mantidos os trabalhos relacionados a Agricultura Familiar de base Agroecológica. Isso gera uma quebra de confiança junto aos agricultores(as).

No que tange a perspectiva dos extensionistas no processo de Transição, o que se percebe no discurso é a alegação de que o fator cultural ainda tem forte influência, causando resistência em certos níveis a respeito da agricultura de base agroecológica, o que simboliza uma barreira e o fortalecimento da crença de que o que é mais vantajoso é a produção convencional.

A resiliência, sem dúvida ganha lugar de destaque no que se pode observar como característica dos produtores que estão passando pelo processo de Transição Agroecológica. Mesmo recebendo como herança uma terra com os impactos de uma utilização irresponsável, juntos, homens e mulheres buscaram uma alternativa.

#### **Observando os impactos da Transição Agroecológica:**

É importante destacar aqui a inclusão de mulheres e jovens em todos os processos de cada empreendimento, e isso repercute em uma nova divisão do trabalho o que traz implicações em toda dinâmica produtiva da família.

Ao citar os jovens, podemos salientar a participação maciça principalmente na administração de Redes Sociais para divulgar a produção de seus pais, como no caso do Coletivo Mulheres da Roça. Na realidade, os filhos que ainda residem na propriedade estão envolvidos desde o início da produção, do plantio a comercialização.

É notório o grau de satisfação entre os(as) produtores(as) em relação ao que plantam e ao que comem. Houve nesse sentido uma conscientização em torno da importância da valorização ao autoconsumo, atribuindo ainda mais valor e seriedade aos alimentos saudáveis, livres dos agrotóxicos.

A rotina também foi impactada. Ao não serem mais obrigados a ter que se deslocarem até os centros urbanos para a aquisição de insumos, fez com que permanecessem mais tempo na propriedade, utilizando-se do que já dispunham. Dessa forma nasce o sentimento de pertencimento, pois passam casa vez mais tempo dentro de suas propriedades. Além da redução de custos, o valor subjetivo que isso implica gera em todos um grau de satisfação que não pode (e não teríamos tempo) mensurar.

O êxodo rural ainda é recorrente na região, entretanto, é possível perceber nas falas que a incorporação dos jovens na atividade produtiva traz um efeito sobre a dinâmica migratória. Os jovens que ainda estão nas propriedades não querem sair. Logicamente com o incremento de políticas públicas, esse desejo será cada vez mais dirimido.

Estar sempre em movimento tem sido um diferencial na vida dos produtores, pois estão envolvidos com a realização e participação de eventos (na maioria das vezes por iniciativa da prefeitura) dentro da própria cidade, dessa forma é oportunizado a eles a chance de interagir com diferentes atores sociais.

Podemos dizer que a produção Agroecológica ainda não exerça um papel relevante na economia de Aliança. Os produtores ainda são poucos, mas fazem tem feito a diferença colaborando para uma história futura.

Em uma de suas falas, o TÉCNICO 1 cita que tem certa facilidade em perceber quando está interagindo com um(a) agricultor(a) de base agroecológica, podemos remeter isso a ganhos de autonomia e empoderamento dos(as) agricultores(as) em função da produção agroecológica e de sua forma de organização. O processo de transição agroecológica em Aliança é envolvido em uma complexidade que nos

convida a uma reflexão ainda mais profunda. A agroecologia vem construindo mudanças e sendo base para o fortalecimento da Agricultura Familiar do Município.

A Agroecologia por si só, não pode ser entendida como a Panaceia de todas as questões como sugere Caporal (2009). Para a promoção de um Desenvolvimento Rural verdadeiro o acesso a terra, a mercados, capacidade de inovação, um acompanhamento profissional de qualidade, crédito, associações e cooperativas entre outras coisas, devem ser reais e factíveis a todos e todas que estão no campo. É perceptível a influência do papel da ATER junto aos agricultores familiares em Transição Agroecológica. Sem o suporte, sobretudo da Prefeitura da Cidade, dificilmente poderia ser viabilizado um empreendimento de base agroecológica, mesmo que o trabalho técnico não intervenha e/ou problematize a divisão social do trabalho nas famílias, deixando as definições que estão pré-definidas culturalmente, se atendo a produção e comercialização.

Mesmo ante a dificuldades e desafios impostos no processo, sobressaem os aspetos positivos e potencialidades do processo de transição, podendo ser citado o aumento na renda, preservação ambiental, participação em eventos etc.

A conversão necessita, sobretudo, de um saber próprio relacionado à produção Agroecológica em consonância com bases metodológicas, logicamente isso não confere a transição o status de algo fácil a ser executado. Esse pode ser elencado como um dos motivos de, por muitas vezes, a transição ser adotada gradualmente.

Somado a isso, é necessário atrelar ao processo de transição fatores que motivam os agricultores e agricultoras. Tais fatores motivacionais estão ligados, na maioria das vezes, a diversas questões: desejo de ficar na propriedade, se ver livre de insumos externos e químicos sintéticos, busca por melhores rendimentos e melhor qualidade de vida.

É notória a preocupação em garantir a sua unidade familiar condições de permanência na propriedade com qualidade de vida. Isso denota um desejo que vai além do rendimento financeiro. Isso traz a discussão em torno de valores socioeconômicos, existe um apelo a construção, preservação e valoração do campo e da vida que nele há.

Certamente os produtores e produtoras de base Agroecológica em Aliança certamente não possuem um mapa, uma receita ou um plano de ação. Princípios são construídos e podem ser destacados aqui. O importante é caminhar, mudar as ações e as atitudes, buscar, inovar, manter, experimentar. A união faz toda diferença.

Esta experiência não permite uma generalização mais ampla de resultados. Existem aqui fronteiras a serem respeitadas pois Aliança possui em si uma complexidade, entretanto as reflexões feitas aqui podem e devem servir de combustível para novas análises, novas experiências, novos rumos no meio rural.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. *Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia*. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ASSIS, R. L. de. *Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas*. 2002. 150 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERDEGUÉ, J. A. *Las reformas de los sistemas de extensión en América Latina a partir de la década de los 80*. 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL – MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. *Marco Referencial em Agroecologia*. Brasília, 2004.

EICHER, Carl K. Agricultural extension in Africa and Asia. *World AgInfo Project, Cornell University*, Ithaca, New York. Aug. 15, 2007, 24p. Disponível em: <http://worldaginfo.org/drupal/files/Agricultural%20Extension%20in%20Africa%20and%20Asia2.pdf>. Acesso em: 05 Mar 2017.

ESQUERDO, V. F. de S. e BERGAMASCO, S. M. P. P. O processo de implantação da lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do Circuito das Frutas-SP. In: *V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento*. 2012. Araraquara. *Anais*. Araraquara: UNIARA, 2014.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil: um projeto para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTUOSO, M.C.O.; GUILHOTO, J.J.M. Estimativa e mensuração do Produto Interno Bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. *Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003.

GALINDO, Wedna Marinha. *Intervenção rural e autonomia: a experiência da articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 9-26, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/75>. Acesso em: 27 jul. 2017.



GUILHOTO, J.J.M.; SESSO FILHO U.A. Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 2, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Matriz Insumo-Produto*: 1996. Site: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 5 jul. 2017.

INSTITUTO BRAUDEL, Brasil – *Economia e Governo*: 2013. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/03/06/por-que-avaliar-politicas-publicas/> Acesso em: 6 jul. 2019.

MASSELLI, Maria Cecília. *Extensão rural entre os sem terra*. Piracicaba: Editora Unimep, 1998.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. II. São Paulo: Cortez, 2003, p. 13-52.

PEIXOTO, Marcus. *A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas*. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

Disponível em:

[http://www.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao/TESEMarcusPeixoto.pdf](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/TESEMarcusPeixoto.pdf).

## ANEXO I

### **Roteiro de entrevista semiestruturado para agricultores familiares participantes do processo de transição agroecológica.**

#### 1. Dados pessoais

- Nome do agricultor
- Endereço do agricultor
- Grau de escolaridade
- Número de membros da família residentes no estabelecimento
- Número de membros da família que trabalham nas atividades agropecuárias
- Filiação a organizações da agricultura familiar (Sindicatos, Cooperativas, Associações) - Que identidade social adota (lavrador, assentado, pescador)?

#### 2. Dados da propriedade

- Área total do estabelecimento (em hectares)?
- Condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante, assentado sem titulação definitiva, produtor sem área)
- Quais culturas são plantadas? Área?
- Quais criações? N° de cabeças?
- Como é dividida sua produção? Qual a área utilizada para a transição? Todas as culturas passaram por transição agroecológica?
- Utiliza mão de obra temporária ou permanente? Quem? Trabalha onde? Carga de trabalho anual?
- De quais atividades é proveniente a renda familiar (aposentadoria, auxílio maternidade, venda de mão de obra de membros da família)? Valor em R\$?

#### 3. Dados sobre os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural

- O (A) Sr.(Sra.) recebe assistência técnica em sua propriedade (orientação, assessoria, acompanhamento, fez capacitação)?
- Qual o nome da instituição ou organização e técnico que presta esses serviços?
- que recebeu do técnico ou empresa para começar a transição agroecológica?

- Quais atividades foram realizadas pelo técnico ou pela empresa (visitas individuais, cursos de capacitação, dias de campo, intercâmbio, entrega de materiais, reuniões com técnicos e agricultores)?
- O (A) Sr. (Sra.) recebeu os serviços de assistência técnica, extensão rural e capacitação em quais etapas do processo de produção (na tomada de decisão e planejamento do plantio, elaboração e/ou acompanhamento do projeto técnico de transição, plantio, condução da lavoura, comercialização)?
- Durante o processo de transição, ocorreu algum problema com o plantio? Com as criações?
- Caso afirmativo, qual tipo de problema aconteceu com o plantio? Com as criações?
- Quem procurou para solucionar esse problema? Como?
- Foi atendido pela Extensão Rural quando procurou ajuda?
- Já conseguiu acessar outras políticas públicas além da Pnater (linhas do Pronaf, Garantia Safra, outro programa do MDA, MDS)?
- Como avalia a qualidade dos serviços de assistência técnica recebidos?
- O que sugere para melhorar a assistência técnica?

#### 4. Dados sobre crédito e incentivos

- Recebeu algum incentivo antes de participar da transição agroecológica (financeiro)?
- Recebeu recursos do Pronaf para a transição?
- Fundos rotativos? Outras formas de crédito?

#### 5. Dados sobre o sistema de produção e o processo de transição - Que tipo de problema está enfrentando com a produção?

- O que levou a família a pensar e realizar mudanças no sistema de produção?
- Como era antes de iniciarem as mudanças?
- Onde querem chegar com as mudanças realizadas?
- Desde que participa da transição agroecológica, que mudanças ocorreram na sua produção (aumentou, diminuiu, se manteve igual)?
- Que mudanças vêm sendo feitas no seu sistema de produção?
- Qual o papel do Associativismo/ Cooperativismo no processo de transição agroecológica?
- Observações adicionais sobre o processo de transição agroecológica:

#### 6. Dados sobre o processo de comercialização

- De que forma é feita a comercialização dos seus produtos (direta, meio de cooperativas, feiras, atravessador)?
- Para quem vende seus produtos? - Que impacto a transição trouxe para a renda da sua família (aumento/diminuição da renda)?
- Caso não tenha aumentado, o que aconteceu?
- Qual a importância do Associativismo/ Cooperativismo no processo de comercialização dos seus produtos?

#### 7. Impactos gerais

- Que mudanças ocorreram na sua unidade de produção a partir dos resultados da transição agroecológica (maior diversificação da produção, maior valorização do autoconsumo familiar, melhora na conservação dos recursos naturais, mudança na divisão do trabalho familiar, inclusão de jovens e mulheres no processo de produção e comercialização, diminuição das desigualdades entre homens e mulheres)?
- Como o (a) Sr. (Sra.) se sente nesse processo em relação ao anterior? Ocorreu aumento no lazer familiar? Inserção cultural?

### **Roteiro de entrevista semiestruturado para técnicos das Organizações Governamentais e Não Governamentais envolvidos no processo de transição agroecológica.**

#### 1. Dados gerais

- Nome do entrevistado
- Cargo/Instituição
- Participou de algum programa específico de Extensão Rural em Agroecologia?
- Qual?
- Qual a importância do processo de transição agroecológica?
- Qual foi a forma de divulgar esse projeto? - Como você avalia a participação dos agricultores?
- De que forma os agricultores foram acompanhados no projeto?
- Quais as principais dificuldades para execução do projeto?
- Como esse projeto tem contribuído para o desenvolvimento rural?
- Há diálogo de saberes entre os técnicos e os agricultores? Como acontece?
- Como ocorre o processo de reconhecimento e valorização do saber dos agricultores?
- Há trabalhos diferenciados com os diferentes componentes da família?

- Como se dá o processo de acompanhamento da transição agroecológica junto às famílias?

**ANEXO II**

Fotos do autor/2022



**Foto 1: Acesso Engenho Belo Horizonte.**



**Foto 2: Acesso Engenho Siriji.**



Foto 3: Ruínas da Antiga Usina Aliança.



Foto 4: Coletivo Mulheres da Roça em dia de Feira em Aliança.



Foto 5: Centro de Aliança.



Foto 6: Feira Municipal de Aliança.